



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CRÉDITO NO CENÁRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO
ESTADO DE SERGIPE (2009 – 2012)**

PRISCILA JESUS MENDONÇA

São Cristóvão-SE
2015

PRISCILA JESUS MENDONÇA

**CRÉDITO NO CENÁRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO
ESTADO DE SERGIPE (2009 – 2012)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Profº. Dr. Tácito Augusto Farias

Co-orientador: Profº. Dr. Marco Antônio Jorge

São Cristóvão-SE
2015

CRÉDITO NO CENÁRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DE SERGIPE (2009 – 2012)

Dissertação aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tácito Augusto Farias - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antonio Jorge
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

Dedico à DEUS e minha mãe Evanildes
Maria de Jesus Mendonça, a minha Tia
Maria Umbelina Mendonça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é Ele quem tudo nos oferta, tudo que tenho e sou foi graças ao Senhor meu Deus.

Aos meus familiares e meus pais, principalmente a minha mãe Evanildes que sempre me compreende e incentiva na caminhada, a minha Tia Umbelina que sempre me incentivou a dedicação aos estudos.

Ao professor Dr. Tácito Augusto, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado, e por me incentivar, ajudar e sempre se colocar a disposição e orientar com sabedoria os trabalhos, desde o princípio até a conclusão deste trabalho. Obrigada se hoje consegui foi graças a sua ajuda e apoio.

Ao professor Dr. Marco Antônio, por estar sempre disposto no auxílio da construção da dissertação e também a paciência, disponibilidade, incentivo em me ajudar principalmente na análise de dados.

Ao professor Dr. Ricardo Lacerda, que me ajudou e incentivou na dissertação sempre disposto e solícito quando o procurava para tirar dúvidas.

A todos os professores do Programa de Mestrado de Economia, em especial os que para mim lecionaram matérias e também a todos da secretária.

Aos colegas da turma do mestrado pessoas que sempre se mostraram dispostos a me ajudar nas disciplinas, em especial ao amigo e anjo Isaias que desde o início, desde a seleção para o mestrado, me incentivou e muito ajudou durante todo o curso se hoje concluo esta etapa foi em partes graças ao seu apoio.

Aos amigos Super ALIs – Agentes Locais de Inovação, em especial Marconi e Diná.

Enfim obrigada a todos que direta e indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Tudo é Dom de Deus.

RESUMO

O avanço empresarial e econômico fez com que as micro e pequenas empresas, necessitassem estar de acordo com o mercado global. E para isso são necessários recursos financeiros. A fim de atender as demandas do mercado, estes recursos podem ser obtidos por fontes próprias ou através de agentes financeiros que oferecem crédito. Diante das novas necessidades do mercado, as micro e pequenas empresas do estado de Sergipe têm buscado a tomada de empréstimos junto às instituições financeiras como forma de fomentar o seu desenvolvimento. Diante desse cenário, foi elaborado a seguinte problemática: o Banco do Nordeste do Brasil como fomentador do desenvolvimento na região nordeste tem auxiliado no crescimento das micro e pequenas empresas no estado de Sergipe na obtenção de empréstimos e financiamentos da produção e quais os impulsos gerados no estado? O presente estudo apresenta o método de pesquisa quantitativo denominado análise de dados em painel com as variáveis operações de crédito: valor adicionado (agropecuária, indústria, serviços), população economicamente ativa, salário médio e emprego formal a fim de explicar o possível desenvolvimento gerado pelas micro e pequenas empresas sergipanas, ao obter crédito para financiar a produção no período de 2009 a 2012, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego dos municípios sergipanos. Os resultados obtidos, considerando as variáveis aplicadas demonstram que o crédito não tem impacto na geração de emprego. Para trabalhos futuros a proposta é de realizar um estudo regional considerando as demais instituições financeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito; Micro e Pequenas Empresas; Instituições Financeiras, Sergipe

ABSTRACT

The business and economic advancement made the micro and small enterprises, they needed to be in line with the global market. And for that financial resources are needed. In order to meet the demands of the market, these resources can be obtained by own sources or through financial institutions that provide credit. Faced with the new needs of the market, micro and small companies in the state of Sergipe have sought borrowing from financial institutions as a way to foster its development. Given this scenario, we designed the following problems: Brazil's Banco do Nordeste as developers of development in the Northeast has helped in the growth of micro and small businesses in the state of Sergipe in obtaining loans and financing of production and which impulses generated in state? This study presents the quantitative research method called panel data analysis with the variables loans: value added (agriculture, industry, services), the economically active population, average wages and formal employment in order to explain the possible development generated by micro and small companies Sergipe, to obtain credit to finance production from 2009 to 2012 and to identify the impact of these operations on employment levels of municipalities in Sergipe. The results, considering the variables applied demonstrate that the credit has no impact on job creation. The proposal for future work is to conduct a regional study considering other financial institutions.

KEYWORDS: credit; Micro and Small Enterprises; Financial Institutions, Sergipe

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

BCBS - *Basel Committee on Banking Supervision*

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal

CDC – Crédito Direto ao Consumidor

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN - Conselho Monetário Nacional

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial

FMI - Fundo Monetário Internacional

FINEM – Financiamento de Empreendimentos

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

M.N.I. – Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil

MPes – Micro e Pequenas Empresas

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

PEA - População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas empresas

SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

VA – Valor Adicionado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de dados a partir dos relatórios de estabilidade financeira do BACEN.....	42
Tabela 2 – Total de agências dos bancos públicos, estado de Sergipe.....	50
Tabela 3– Resultados Efeitos Fixos – Setor Agrícola	63
Tabela 4 – Resultados Efeitos Aleatórios – Setor Agrícola.....	63
Tabela 5 – Resultados Efeitos Fixos – Setor Industria	64
Tabela 6 - Resultados Efeitos Aleatórios – Setor Indústria.....	65
Tabela 7 – Resultados Efeitos Fixos – Setor Serviços	66
Tabela 8 – Resultados Efeitos Aleatórios – Setor Serviços	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Carteira de Crédito Corporativo	43
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento Semestral.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de instituições Financeiras e Produtos.....	24
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matriz de Correlações de Pearson – Setor Agrícola.....	57
Figura 2a - Resultado da Regressão Pooled - Setor Agrícola	58
Figura 2b – Resultado da Regressão Pooled – Setor Agrícola	58
Figura 3 – Matriz de Correlação de Pearson – Setor Indústria.....	59
Figura 4a – Resultado da Regressão Pooled – Setor Indústria.....	59
Figura 4b – Resultado da Regressão Pooled – Setor Indústria	59
Figura 5 – Matriz de Correlação de Pearson – Setor serviços	60
Figura 6a – Resultado da Regressão Pooled – Setor Serviços.....	61
Figura 6b – Resultado da Regressão Pooled – Setor Serviços.....	61
Figura 7a – Resultado da Regressão Pooled – Setor Serviços.....	61
Figura 7b – Resultado da Regressão Pooled – Setor Serviços.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – LITERATURA TEÓRICA	17
1. CRÉDITO	17
1.1.1 Definições de Crédito	17
1.1.2 Classificação do Crédito	19
1.1.3 Importância do Crédito e Bancos para a Economia	21
1.1.4 A Natureza da Firma e o Crédito	28
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA	34
CAPÍTULO 3 - PANORAMA DO CRÉDITO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO BRASIL	36
3.1 O Crescimento da Economia No Brasil	36
3.2 Política Financeira e Crédito No Brasil No Período De 1994-2012	38
3.3 Crédito e as Micro e Pequenas Empresas No Brasil.....	45
3.4 Conceituação das Micro e Pequenas Empresas Quanto ao Porte.....	47
CAPÍTULO 4 – PANORAMA DO CRÉDITO E A ATUAÇÃO DOS BANCOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM SERGIPE.....	49
4.1 A Atuação do Banco do Nordeste do Brasil em Sergipe	51
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS	53
5.1 Fontes de Dados e Variáveis	54
5.2 Análise dos Dados e Dos Resultados	56
5.3 Resultados da Análise de Dados em Painel.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICES	75
APÊNDICE A - Tabelas Agricultura de 2009 a 2012	75
APÊNDICE B - Tabelas Indústria de 2009 a 2012	79
APÊNDICE C - Tabelas Comércio e Serviços 2009 a 2012.....	83

INTRODUÇÃO

O avanço empresarial e econômico fez com que as micro e pequenas empresas, necessitassem estar de acordo com o mercado global. Hoje em dia, as informações são transmitidas com muita velocidade e se propagam por todo o mundo. As empresas que antes apenas precisavam buscar o que acontecia em torno da localidade em que estavam inseridas, hoje com a exigência dos clientes, precisam ir além e buscar parâmetros que atendam as expectativas dos clientes, seja com mais produtos, infraestrutura ou a oferta de mais serviços. E para isso são necessários recursos financeiros. A fim de atender as demandas do mercado, estes recursos podem ser obtidos por fontes próprias ou através de agentes financeiros que oferecem crédito.

A aquisição de crédito é uma opção de dívida para os agentes que estão necessitando de fundos, fato que pode acontecer para aquisição de bens, investimentos ou quando o seu dispêndio está superando a renda. Entre os agentes econômicos, os principais demandadores de fundos são dos mesmos grupos dos ofertadores, ou seja, os indivíduos, as famílias, as empresas e o governo. (SILVA, 2000)

Ainda de acordo com Silva (2000), as fontes onde as empresas buscam recursos financeiros são basicamente de três tipos: (a) fundos provenientes de seus sócios ou acionistas, (b) lucros gerados pelas suas operações e (c) dívida contraída. A partir destas fontes, cabe à decisão da empresa sobre como obter fundos para suprir alguma necessidade que, por ventura, necessite de rendimentos dos quais não dispõe no momento.

As pequenas e microempresas acabam optando pela decisão de tomar fundos emprestados, que dependerá do fato de que o preço desses fundos seja menor que o rendimento propiciado pela sua aplicação na empresa. Aquilo que chamamos alavancagem financeira.

Alavancagem Financeira consiste na prática de se captar recursos de terceiros para financiar investimentos dentro das empresas. Assim sendo uma estratégia tomada pela empresa na busca da maximização do retorno financeiro e adaptação às exigências do mercado, através da correta escolha das fontes de financiamento que comporão a estrutura de crédito da empresa. (TOMISLAV, 2005; LEITE, 1994)

No entanto, o crédito para a pequena e microempresa, normalmente faz parte das carteiras oferecidas pelos bancos sendo de um valor menor e pré-aprovado, não oferecendo margem para maiores recursos. Isso ocorre devido ao risco do crédito, o que leva a instituição financeira a fazer uma avaliação considerando as possíveis situações futuras das conjunturas econômica, política e social do meio que a empresa se desenvolve, bem como as ações e reações da própria empresa ao mercado em que está inserida. (SECURATO, 2002)

As operações de crédito para estas empresas, apesar de seus empresários terem interesse em realizar empréstimo, muitas vezes esbarram na burocracia. Algo que dificulta a tomada de crédito, por parte dos dirigentes, é a obrigatoriedade de se ter um projeto informando o que se pretende fazer com o financiamento. A empresa no momento do empréstimo, a depender do valor do crédito que se pretende tomar, normalmente precisa mostrar à instituição financeira que o projeto do financiamento é viável, ou seja, uma espécie de garantia.

A garantia a ser oferecida pelas empresas de pequeno porte pode ser o plano de Negócios que é uma das ferramentas que pode ser usada para fazer este projeto. Alguns bancos solicitam que esse estudo de viabilidade do projeto seja realizado com uma ferramenta própria da instituição. Esta situação normalmente demanda mais recursos financeiros por parte da empresa. (SEBRAE/RS, 2012)

O risco do crédito está inserido cada vez que um banco concede um empréstimo ou financiamento. O risco de não receber, ou seja, o cliente que solicitou o empréstimo pode não cumprir a promessa de pagamento. As razões que podem levar o cliente ao não-cumprimento da promessa têm a possibilidade de estar relacionadas ao seu caráter, à sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores externos adversos ou à sua incapacidade de gerar caixa. Por este motivo, algumas operações devem ser respaldadas através de garantias que equilibrem e contrabalanceiem as fraquezas relacionadas às variáveis implícitas no risco de crédito. Entretanto, este não deve ser o fator decisivo para um empréstimo ou um financiamento. (SILVA, 2000)

Silva (2000) coloca ainda que financiamento de bens de consumo duráveis para pessoas físicas e de capital de giro pelas empresas são exemplos de necessidades atendidas pelo mercado de crédito. Este segmento é definido como atendimento das necessidades dos agentes econômicos quanto a valores de curto e médio prazo. O fornecimento desses valores tende a ser feito através de intermediários bancários.

O foco deste estudo são as empresas, mais especificamente as pequenas e microempresas, a atual burocracia enfrentada por estas na aquisição de crédito, através da análise dos empréstimos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil a estas empresas no período de 2009 a 2012 no estado de Sergipe, e os benefícios e impactos nesse estado.

Diante das novas necessidades do mercado, as micro e pequenas empresas do estado de Sergipe têm buscado a tomada de empréstimos junto às instituições financeiras como forma de fomentar seu desenvolvimento. Em meio a esse cenário, foi elaborada a seguinte problemática: o Banco do Nordeste do Brasil como fomentador do desenvolvimento na região nordeste tem auxiliado no crescimento das micro e pequenas empresas no estado de Sergipe na obtenção de empréstimos e financiamentos da produção e quais os impulsos gerados no estado?

O objetivo geral consiste em apresentar o possível desenvolvimento gerado nas micro e pequenas empresas sergipanas ao obter crédito através do Banco do Nordeste do Brasil para financiar a produção no período de 2009 a 2012, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego formal dos municípios.

Os objetivos específicos deste estudo irão definir conceitos que envolvem o crédito e mostrar a importância do para as micro e pequenas empresas; mostrar a situação atual do cenário do crédito no Brasil e Sergipe com base em estudos já realizados e nos relatórios de estabilidade financeira dos últimos anos; discutir a respeito dos motivos que levam às micro e pequenas empresas a necessitar de crédito para financiar a produção e o seu desenvolvimento; realizar uma análise de dados em painel para identificar as principais variáveis que impactam o nível de emprego dos municípios sergipanos no período de análise.

A metodologia de pesquisa utilizada foi quantitativa denominada análise de dados em painel que é um tipo especial de dados combinados que objetiva, de forma clara e sucinta, apresentar os resultados de uma pesquisa original completa ou os seus resultados parciais, nos quais a mesma unidade (nesse estudo são os municípios do estado de Sergipe) em corte transversal (coleta de informações de uma ou mais variáveis no mesmo ponto do tempo) é pesquisada ao longo do tempo. Dessa forma, foi descrita a elaboração do modelo, incluindo a seleção de variáveis e a apresentação do método empregado. (GUJARATI, 2006; MALHOTRA, 2001)

O estudo realizado nos municípios sergipanos sobre o crédito que é disponibilizado através do Banco do Nordeste do Brasil que no período estudado de 2009 a 2012 foi no total de R\$ 597.986.319,18 para as micro e pequenas empresas, se justifica devido a instituição financeira ter como essência e motivo da criação a missão de fomentar o desenvolvimento na região nordeste. Já o porte micro e pequeno da empresa foi escolhido por causa do crescente número de empreendimentos deste porte, e a análise proposta neste trabalho pela necessidade de se conhecer o quanto a operação de crédito que é realizada neste tipo de empresa impacta no emprego formal e, por conseguinte no desenvolvimento regional.

Além desta seção introdutória, a presente dissertação é constituída de mais cinco capítulos. No primeiro é realizada uma revisão através da literatura teórica que descreve um breve panorama sobre o crédito e a natureza da firma. O segundo capítulo apresenta a literatura empírica com a discussão a cerca de outros trabalhos sobre o crédito dentro da região Nordeste do Brasil. No terceiro capítulo é discorrido um breve panorama do crédito nas micro e pequenas empresas do Brasil onde é abordado o crescimento econômico ocorrido a partir da década de 90 e conceitos e atuação do crédito frente estas empresas.

Na sequência, no quarto capítulo, é descrita um breve panorama da atuação do crédito e do Banco do Nordeste em Sergipe e a relação com as micro e pequenas empresas. O quinto capítulo consiste na explicação da metodologia, que será a análise descritiva e de painel, e as variáveis utilizadas para a construção do modelo trazendo juntamente a análise dos resultados com as considerações do período estudado para cada setor econômico que foi abordado neste trabalho. Por fim, são realizadas as considerações finais relativas à pesquisa realizada durante o estudo.

1. LITERATURA TEÓRICA

Neste capítulo vão ser observadas as definições de crédito, a classificação, importância do crédito e bancos para a economia e o crédito e a natureza da firma.

1.1 CRÉDITO

1.1.1 Definições de Crédito

As primeiras casas de crédito ou bancos como eram chamadas na idade média, averiguaram que nem todos os clientes que depositavam seus metais preciosos como ouro e prata, resgatavam os valores ao mesmo tempo. As pessoas mantinham, por segurança, os valores nestas casas de crédito. Ao mesmo tempo os mercadores, os primeiros empreendedores, necessitavam de recursos para expandir os negócios. Os bancos então passaram a emprestar os valores depositados em troca de remuneração pelo uso do capital, durante o tempo que este fosse utilizado. Nasce dessa forma então a operação de crédito e a expressão “juro”. (BANCO DO BRASIL, 2014)

A palavra crédito deriva da expressão crer, um termo que traduz confiança, acreditar em algo, ou alguém. Da perspectiva financeira o crédito tem o papel de financiar um tomador de empréstimo que pode usar o recurso para fazer frente a despesas ou investimentos e financiar a compra de bens. O crédito funciona como o estabelecimento de uma relação de confiança entre duas (ou mais) partes numa determinada operação. (BANCO DO BRASIL, 2014)

O conceito de crédito abrange uma operação de crédito em que todo ato de vontade ou disposição de alguém de lançar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a outra pessoa, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, após decorrer o tempo estipulado. As operações de crédito são normalmente praticadas por instituições financeiras que assumem o risco de inadimplência de obrigações assumidas contratualmente por clientes. (SCHRICKEL, 1997; ORTOLANI, 2000)

No entanto, a definição de crédito irá depender do contexto em que está inserido, pois pode ter diversos significados. Por exemplo, a palavra crédito num sentido restrito e específico consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento. (SECURATO, 2002; SILVA, 2000)

Securato (2002) pontua o crédito em seu cerne, ou mais necessariamente a operação de crédito, como uma intervenção de empréstimo que sempre pode ser considerada dinheiro, ou no caso comercial o que equivale a dinheiro, sobre o qual incide um custo que é denominado juros. Os juros consistem na quantia que é paga além do que foi emprestado, ou seja, é o lucro da entidade que emprestou o capital.

Pode-se entender o empréstimo do crédito como uma operação nos quais capitais oficiais ou privados, nacionais ou estrangeiros, são cedidos mediante cláusulas e condições, definidas em contratos, quanto a sua aplicação, juros, prazo de vigência, épocas de pagamento ou reembolso. A instituição financeira compra uma promessa de pagamento, pagando ao tomador um determinado valor, para no futuro receber um valor maior. (SILVA, 2000)

Dentro do exposto o crédito possui diversos conceitos, mas basicamente é uma relação de confiança entre um agente que possui maior quantidade de recursos financeiros e decide repassar esses valores para outro agente, que poderá aplicar da forma que melhor o convenha. Entretanto, dentro de um prazo definido o valor deve ser remunerado integralmente, podendo auferir ganhos a mais preestabelecidos.

1.1.2 Classificação do Crédito

O crédito, que está presente nas diversas situações que são extremamente comuns a qualquer pessoa, traz alguns exemplos: empréstimos pessoais, empréstimos para as empresas, e outras operações de crédito. Estas podem ser entendidas como empréstimos no sentido de que recursos que são disponibilizados imediatamente ao tomador pelo doador, o tomador realiza uma operação que se obriga a pagar o recurso contraído e em seguida pelo prazo e juros contratados o tomador pagará o recurso até o vencimento, ao menos é o que o doador espera. (SECURATO, 2002)

Brusky e Fortuna (2002) enumeram as opções que são bastante amplas de aquisição de crédito: fiado, crediário, cartão de crédito, cartão de financeira, cartão de loja, cheque pré-datado, cheque especial, dentre outras opções. Pensando nessas necessidades foi criado um mecanismo a fim de facilitar a aquisição de recursos financeiros.

Conforme citado acima as classificações de crédito acabam por se enquadrar nas operações de empréstimos, quando examinado do ponto de vista do perfil do tomador de recursos. Nessa análise, Securato (2002) destaca que o crédito está em diversas ocasiões do nosso dia a dia, a exemplo dos empréstimos pessoais e empréstimos para empresas.

O autor classifica o crédito em público ou privado, onde: a) crédito público: tem origem nas necessidades de cobertura dos gastos governamentais, tanto de custeio como investimento. Em geral, este crédito é obtido por meio da emissão de papéis ou títulos, que caracterizam obrigações com prazos e juros definidos; b) crédito privado: tem origem na necessidade de recursos das empresas dos mais variados setores, para cobertura de capital de giro ou para investimentos visando à continuidade e crescimento de seus negócios. O crédito privado também se estende às pessoas físicas, no mesmo sentido das jurídicas, para suprir necessidades imediatas de caixa ou para antecipar consumo ou investimento.

Dentro desta classificação ainda há diversas outras subdivisões, conforme a utilização final pelo tomador do empréstimo, tais como o crédito bancário: quando o doador de recursos é um banco; o crédito imobiliário: quando os recursos tomados têm como objetivo a aquisição de imóveis; o crédito agrícola: quando os recursos tomados têm o objetivo de financiar recursos e culturas do ramo agropecuário; o crédito ao consumidor: quando os recursos tomados são destinados à aquisição de bens duráveis. Existe ainda o crédito educativo, crédito para pequenas e médias empresas, enfim, um conjunto de linhas de crédito específicas para as necessidades dos vários perfis de clientes. (SECURATO, 2002)

Existem também os financiamentos que são valores liberados pelo credor para serem aplicados pelo devedor com objetivo de aplicação em bens móveis como veículos, máquinas, equipamentos e imóveis que podem ser unidades habitacionais ou plantas industriais. As principais modalidades de financiamentos oferecidas pelo mercado são divididas para pessoa física e para pessoa jurídica. (ORTOLANI, 2000)

O crédito direcionado é um tipo de financiamento voltado para um fim específico, os três principais grupos de acordo com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) são as operações do BNDES, o crédito habitacional e o crédito rural. (BACEN, 2011)

Ortolani (2000) mostra as diversas modalidades de financiamentos para pessoa física e jurídica, por exemplo: a) crédito direto ao consumidor (CDC); b) *Leasing* ou arrendamento mercantil, em suas várias modalidades; c) Repasses BNDES por meio dos produtos Finame (Financiamentos de máquina e equipamentos), direcionados à aquisição de máquinas e equipamentos; BNDES Automático e Finem (Financiamento de empreendimentos) direcionados a financiar projetos e empreendimentos.

O cartão de crédito também é uma forma de crédito bastante comum nos dias atuais, destinado como forma de pagamentos que envolvem uma complexa rede de empresas e contratos. (CARTILHA – CARTÃO DE CRÉDITO, 2014)

O BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social) possui um cartão destinado a facilitar a compra de diversos produtos como máquinas e equipamentos para as micro, pequenas e médias empresas. As taxas de juros são as mais baixas praticadas no mercado e existe um catálogo onde as empresas se cadastram para fornecer os produtos para que outras empresas adquiram. (BNDES, 2014)

1.1.3 A Importância do Crédito e Bancos para a Economia

Com a globalização mudou-se muito a economia mundial. As empresas começaram a atingir novos mercados, tornando-se mais competitivas, e a tecnologia evoluiu de forma a agilizar os processos de produção. Contudo, essa evolução resultou na diminuição da mão de obra, e como consequência disso, cresceu o número de desemprego estrutural, motivando as pessoas que estão de fora do mercado de trabalho a abrirem seu próprio negócio.

O fato é que a maioria das pessoas de baixa renda não possui acesso direto ao setor bancário. No entanto, essas pessoas procuram atender as suas necessidades financeiras em outros serviços que são variados e que estão ao seu alcance (GOIS e SANTOS, 2011).

Para abrir um novo investimento precisa-se de “dinheiro” ou assistência financeira. Para diminuir a informalidade surgem instrumentos que facilitam a vida dos futuros empresários. Estes instrumentos são os programas de microcrédito oferecidos por instituições financeiras como BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil), dentre outros.

No caso das microempresas, a análise de crédito é ainda mais complexa devido à falta de informações financeiras que estas empresas possuem que são escassas. Sendo a análise do crédito, muitas vezes, confundida com a dos próprios proprietários ou, ainda com a renda por eles complementada. (SECURATO, 2002)

Silva (2000) ainda destaca que existem outros parâmetros básicos utilizados para orientar a concessão do crédito à pessoa jurídica que são norteados nos chamados C's do Crédito, enumerados pelos autores Weston e Brigham, no livro *Managerial Finance*, como sendo o caráter, as condições, a capacidade, o capital e o colateral. O autor Silva (2000) acrescenta ainda outro C o Conglomerado.

As considerações dos chamados C's são: o Caráter refere-se à intenção do devedor (ou mesmo do garantidor) de cumprir a promessa de pagamento; a Capacidade administrativa envolve o gerenciamento da empresa em sua plenitude, especialmente quanto à visão de futuro; o Capital abrange a análise financeira e patrimonial do tomador de recursos; o Colateral refere-se às garantias e são tratadas como decorrência de risco que o cliente representa; o Conglomerado expressa a necessidade de um exame conjunto do conglomerado de empresas com inter-

relacionamento societário em que a solicitante de crédito se insere, visto que o problema em cada uma delas poderá refletir-se nas demais situações, caracterizando o que no mercado financeiro é conhecido como “efeito dominó”. (SILVA, 2000)

Com foco na assistência das políticas públicas na obtenção de crédito, é percebido um desenvolvimento da região onde estão inseridas tais políticas. Llorens (2001) pressupõe um desenvolvimento econômico através de ações integradas nas dimensões econômica, sócio-cultural, ambiental e político-institucional, através da criação de ambientes favoráveis capazes de proporcionar um crescimento adequado com melhoria na qualidade de vida da população.

A importância dos bancos é de grande relevância dentro da economia, pois o Sistema Financeiro Nacional, através dos bancos, aproxima os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária dos agentes com situação orçamentária deficitária. Os agentes com posição deficitária necessitam de recursos para atenderem as suas necessidades de consumo e investimentos, enquanto que os agentes com situação superavitária precisam de alternativas para aplicar seus excedentes de recursos. (SILVA, 2000)

Silva (2000) destaca ainda que através dos instrumentos e as instituições do Sistema Financeiro Nacional, estes viabilizam seus recursos para que os dois tipos de agentes econômicos (superavitários e deficitários) possam ter as suas expectativas atendidas, e desta forma estimula a elevação das taxas de consumo e de investimentos. E conseqüentemente adquire-se maior produção e maior demanda agregada.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é integrado por instituições públicas e privadas que têm como objetivo intermediar o fluxo de recursos entre os agentes econômicos, além de formular as políticas monetárias e de crédito da economia. No Brasil, o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão que define normas e diretrizes de funcionamento do sistema e formula as políticas monetárias e de crédito da economia. (SOBRAL E PECCI, 2008)

Sobral e Peci (2008) ainda explicam que vinculados ao CMN está duas entidades supervisoras do funcionamento dos mercados e suas instituições: o Banco Central do Brasil (BACEN) que atua como órgão executivo, fiscalizando e executando a política monetária do governo e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que regula e controla o mercado de valores mobiliários, a bolsa de valores.

Apresenta-se o quadro abaixo com os principais tipos de instituições e o perfil das operações de crédito que fazem parte dos produtos que essas instituições estão autorizadas a operar:

Quadro 1 – Tipos de instituições financeiras e produtos.

Tipo de instituição	Produtos
Bancos Comerciais	Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.
Bancos de Investimento	Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros.
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959. São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro.

Bancos de Desenvolvimento	Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.
Agências de Fomento	As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.
Cooperativas de Crédito	As cooperativas de crédito se dividem em: singulares, que prestam serviços financeiros de captação e de crédito apenas aos respectivos associados, podendo receber repasses de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado financeiro; centrais, que prestam serviços às singulares filiadas, e são também responsáveis auxiliares por sua supervisão; e confederações de cooperativas centrais, que prestam serviços a centrais e suas filiadas.

Caixas Econômicas	A Caixa Econômica Federal trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal.
-------------------	---

Fonte: (SECURATO, 2002, p. 23; COMPOSIÇÃO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010) adaptado e atualizado.

Os bancos com o serviço de repasse e/ou da administração do dinheiro de Pessoas Físicas e Jurídicas propiciam possibilidades de aplicação destes recursos dentro da economia local onde está inserida. Esses agentes atuam na forma de controle, administradas através de normas governamentais e aplicadas através do BACEN (Banco Central do Brasil), conforme Ortolani (p. 18, 2000) destaca:

No âmbito macroeconômico, quando há interesse em estimular o consumo para elevar as taxas de crescimento e/ou manter/ elevar o nível de emprego, o governo atua por meio de mecanismos que aumentarão a liquidez da economia e a oferta do crédito, como o *open Market* e os depósitos compulsórios, aumentando a disponibilidade de recursos e influenciando as taxas de juros. Por outro lado, quando o nível da demanda agregada passa a representar uma ameaça ao controle inflacionário, o governo pode utilizar-se dos mesmos mecanismos para reduzir a liquidez do sistema financeiro ou, por meio de normas do BACEN (Banco Central do Brasil), reduzir prazos para créditos pessoais, com o intuito de inibir a inflação de demanda provocada pela antecipação de consumo que as facilidades creditícias propiciam.

O segmento financeiro tem uma influência estratégica para a política econômica adotada pelo governo. Neste segmento, determinados objetivos podem ser alcançados através dos preços pagos pelos serviços financeiros, influenciando na competitividade do mercado. O setor de serviços na área financeira contribui de forma representativa no PIB (Produto Interno Bruto) de um país. A função da intermediação financeira é uma forma concisa que abrange os diversos outros segmentos da atividade econômica de um determinado local.

Existem outros referenciais que destacam a importância do segmento financeiro no contexto socioeconômico de um país, tais como: a quantidade de instituições e seus respectivos pontos de atendimento, o total de ativos, o volume de empregos, de salários e de impostos. (SILVA, 2000)

Resumidamente, o M.N.I. – Manual de Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – estabelece a área de cada tipo de instituição financeira da seguinte forma: o conceito de empréstimo admite a possibilidade de existência de garantias diferenciadas e a posição doadora é prerrogativa das instituições financeiras, tais como Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Financeiras, Caixas Econômicas e Bancos de Desenvolvimento.

1.1.4 A Natureza da Firma e o crédito

Coase (1988), autor da “teoria da firma: a natureza” elabora as posições sobre o tema proposto através de cartas e das análises observadas em palestras nas instituições de ensino. Os cursos da época sobre organização e unidade de negócios diziam que a unidade de negócios existia quando produzia algo para vender em um mercado. A ideia de troca estava implícita, as especializações dentro das organizações a fim de obter diferenciação de mercado e os esforços dos indivíduos da empresa envolviam a otimização e a competição.

A otimização da competição, onde cada transação envolve o uso de outro trabalho, materiais ou dinheiro foi objeto de uma operação de mercado, não haveria necessidade de uma organização. Porém, nos custos de realização estas comercializações de transações geraram o inconveniente do aumento de custos. Mas, se as transações não devem ser reguladas pelo o preço diretamente tem de haver uma organização.

Dado que as condições de mercado sob uma empresa maior faz-se uso dos fatores de produção, objetos da organização fazem produzir condições de mercado, mas a produção seria maior por causa do custo reduzido. Eliminando então as transações de mercado em tudo, ou seja, por que existem firmas separadas são duas as razões: primeira, aumentar custos para cada transação de mercados adicional até que o custo de organização marginal da operação de mercado seja igual à comercialização dos custos dessa transação. Segunda que como as transações aumentaram, pode não realizar o seu objeto de reproduzir condições de mercado.

Desta forma, para o autor não poderia se eliminar custo cada vez que vender para o consumidor final, salvo eliminando a escolha do consumidor. Concluiu que objeto de organização foi: reproduzir distribuição dos fatores em competição dentro da unidade de negócios e fazê-lo a um custo que é menor do que com a inclusão das operações de marketing.

Portanto da escolha da transação como unidade de análise Coase (1988) desenvolve os conceitos de custos da transação, a distinção entre a alocação de recursos dentro da empresa através do mercado, a comparação entre os custos de organizar uma transação da empresa por meio de uma transação de mercado, dentre outros.

No entanto, os custos da realização destas transações organizacionais devem ser regulados entre os fatores de produção. Devido aos altos custos das organizações que não produzem mais o produto completo desde a matéria prima até o produto final, então as firmas se dividiram, pela razão de se fazer as operações a um custo menor. A escolha da unidade a distinção entre a alocação de recursos dentro da empresa, a comparação entre os custos, à capacidade de organizar uma transação mais eficiente dentro da empresa por meio de ações do mercado são aspectos também considerados.

O autor explica que quando uma empresa fabrica suprimentos para outra que monta o produto final, essa corre risco, caso a empresa montadora mude de empresa fornecedora. Afirmando que uma empresa ter muito capital investido em um produto para o qual existe apenas um comprador não é viável.

Dessa forma, o autor desenvolve a teoria sobre o risco inerente da situação em que as empresas que fornecem a um determinado cliente e fazem um grande investimento de capital. Além de não haver muitos dispositivos contratuais, as empresas fornecedoras poderiam ter grandes quantidades de capital sobre risco.

O autor percebe que há custos na tomada de decisões das operações das empresas e esse fato impacta no mercado e por isso era necessário incorporar na análise econômica o que ainda não havia sido feito. O que levava a crer que o mercado não era independente, mas sim dependia da comparação dos custos e do transporte dessas operações de mercado com os custos para dentro das organizações empresariais.

Dentro desse contexto de custos, Schumpeter (1982) coloca o dinheiro não apenas como um fenômeno importante ou um meio para facilitar a circulação dos bens, mas também um meio de alterar o poder relativo de compra dos indivíduos. O poder de compra influencia quando porventura existir os meios de produção que o empresário necessite para poder comprá-lo. Efetivamente o poder de compra é o veículo de um processo essencial.

No artigo, “a natureza da firma: o significado”, Coase (1988) afirma que é importante reconhecer que existem custos que foram transportados das transações de mercado e que seria necessário incorporar na análise econômica. Situação que os economistas ainda não haviam conseguido realizar. O limite para o tamanho da empresa seria definido quanto o escopo de suas operações, transportando-os desta forma para o mercado ou através de outras empresas.

Além desses argumentos, é levantado que os economistas são incapazes de analisar o que está acontecendo no mundo real e por isso inventam um mundo imaginário que pode ser manuseado. Essas questões foram levantadas pelo fato de o autor ter procurado encontrar respostas para a natureza da firma em escritórios e fábricas e não nas teorias econômicas. Diante do amplo mercado de operações a questão é levantada lidando com uma única empresa ou um grupo de empresas associadas, pois é melhor pensar em uma única empresa onde as transações são coordenadas por um mesmo mecanismo de preços e decisões administrativas.

Empresas emergem dentro de mercados, deve-se admitir também que podem haver mercados dentro de empresas, onde são realizadas operações financeiras. Internamente na firma, existem operações e contratos entre outras organizações. Caso haja o aumento de operações no período em que o contrato é executado, este pode ser alongado para reduzir custos ou acomodar os riscos de preferências das várias partes.

O autor continua a discutir os contratos entre fornecedores e empresas e traz o exemplo de que para aumentar os lucros as empresas adquirem produtos inferiores de menor custo que seria compensado por uma posterior fase de diminuição de lucros. Em outras onde existe um controle maior dos funcionários, estes produzirão menos o que leva a uma diminuição da produtividade e consequentemente de lucros.

Os contratos a serem feitos entre empresas para aquisição de insumos podem ser reduzidos para um, e a remuneração destes pode ser fixa ou flutuante. O período do contrato pode ser longo incluindo mais operações, reduzindo os custos e a necessidade de fazer vários contratos curtos diminuindo os riscos de ambas as partes. Contrato este celebrado entre a firma e o fornecedor.

A fonte de ganhos que é acumulada através da existência de uma empresa, Coase acredita que seja proveniente de uma redução no transporte e dos custos da empresa com as transações de mercado. A comparação destes custos com aqueles que teriam de ser suportados para operar determina se é rentável o estabelecimento de uma empresa.

O autor explica que “A natureza da firma: a influência”, que foi publicado em 1961, teve pouca influência na época da publicação e foi ter uma maior participação no contexto social em 1970. Neste momento o trabalho teve maior repercussão com os economistas das organizações industriais.

A contribuição da teoria foi considerada mais explícita para a introdução do conceito de custos e transações de caráter econômico. O autor apresentou custos de transações para explicar a emergência da empresa, usando o conceito para demonstrar a forma em que o sistema legal poderia afetar o trabalho do equilíbrio econômico do sistema.

A influência sobre o equilíbrio no sistema econômico é obrigada a ser difundida. A gama de bens e serviços fornecidos e práticas de preços, os arranjos, as formas de relacionamento econômico da organização, todos são afetados e afetam de forma significativa as características da economia e esses sistemas estão interligados. Estes bens e serviços de apoio dobraram e a prática de preços, os contratos, os arranjos e as formas de relacionamento econômico da organização.

Tais serviços dependem das práticas de preços do contrato, arranjos e as formas de relacionamento econômico da organização. Os contratos permitem aos organizadores da empresa direcionar o uso de capital em locação ou compra de equipamentos. Analisando a empresa como um comprador de serviços de fatores de produção, a principal atividade de uma empresa é administrar o negócio.

A comparação dos custos, a coordenação das atividades, os fatores de produção dentro da empresa e custos tem resultado de transações no mercado. Todas as transações são realizadas como resultado de contratos com os serviços a serem fornecidos uns aos outros.

Coase (1988) já era consciente na década de 30 que considerar o fato da utilização da relação empregador-empregado como arquétipo da empresa era um ponto fraco que transmite um quadro incompleto da natureza da empresa. A relação empregador-empregado é uma relação de contratos entre firmas que cooperam entre si.

O contrato é firmado mediante uma remuneração determinada, que pode ser fixa ou flutuante, e que concorda obedecer às diretrizes de um empresário dentro de certos limites. A essência do contrato deveria apenas indicar limites para poderes do empresário e dentro destes limites podendo dirigir outros fatores de produção.

Ao desenvolver a teoria o autor tinha em mente as relações de empregadores e funcionários e não o contrato para adquirir equipamentos ou dinheiro, através de aquisições, locação e empréstimos. O propósito da teoria era explicar as atividades, o papel da empresa como comprador de serviços de fatores contratuais de produção e arranjos. Os economistas tenderam a vislumbrar a empresa como comprador e não o fato de como administrar um negócio que é o foco principal.

A natureza da firma é a comparação dos custos, coordenação de atividades dos fatores de produção dentro da empresa, trazendo sobre o mesmo resultado as transações de mercado pelos meios de operações realizados dentro de alguma outra empresa. Todas as transações são realizadas como resultados de contratos entre fatores com serviços a serem especificados no contrato e em qualquer direção envolvida.

Na prática significa que será rentável organizar a empresa quando os custos operacionais (incluindo os custos de contratação com fatores de produção ou de outras empresas e de custo de venda e produto) são menores que os custos de transação incorridos no sistema completo de mercado, uma vez que o empresário precisa de crédito para habilitar a retirada deste de seus empregos anteriores, e com isso forçando o sistema econômico a agir por meio de novos canais. (COASE, 1988; SCHUMPETER, 1982)

O propósito dos artigos de Coase (1988) é explicar que existem custos de transação que podem ser evitados. Pretende-se ter um esquema teórico que ajuda no trabalho de esclarece o longo prazo do contrato que se considera a razão básica para a existência das empresas em evitar os custos de contratação entre os fatores de produção.

O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não somente a transferência de poder de comprar, como também caracterizar o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. A concessão de crédito opera no sistema econômico também como forma de se acomodar aos propósitos do empresário, ou seja, confiar-lhe forças produtivas. (SCHUMPETER, 1982)

Sendo assim, o crédito facilita a tarefa de organização da firma, analisada por Coase, bem como viabiliza a adoção de inovações, tanto tecnológicas como organizacionais. A criação de meios de pagamento que centra-se nos bancos, por exemplo, adentra e constitui como uma função fundamental, surgindo dessa forma o processo de concessão de crédito que são criados especialmente (desprezando-se a questão de evitar o transporte de dinheiro metálico) com o propósito de conceder crédito. O homem de negócios primeiro torna-se devedor do banco para tornar-se depois seu credor primeiro adquirir o empréstimo para depois ser depositante no banco. (SCHUMPETER, 1982)

O crédito para fins de inovações é por definição a concessão de crédito ao empresário, e constitui um elemento do desenvolvimento econômico, então a única espécie de concessão de crédito a ser considerada é o crédito para a condução de um negócio no fluxo circular que carrega consigo a possibilidade de empregar somas de dinheiro que estão temporariamente ociosas. (SCHUMPETER, 1982)

Os casos em que não se tratar de liquidar uma transação normal de mercadorias, geralmente exige-se uma caução, e, portanto uma questão de mobilização dos ativos existentes. O que se chama “criação de dinheiro” é meramente uma questão técnica. O empresário tendo uma espécie de garantia que possa empenhar no banco certamente lhe torna muito mais fácil, na prática, a obtenção de crédito. (SCHUMPETER, 1982)

2. REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA

Grande parte das micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades em desenvolver o seu negócio. Muitas dessas dificuldades estão ligadas à obtenção de empréstimos e financiamentos junto aos bancos. As MPEs são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, pois representam cerca de 99% das empresas no país, além de ser uma forte geradora de empregos devido à sua infinidade de empreendimentos. No país, representam cerca de 40% dos empregos formais (OLIVEIRA; FORTE, 2013).

Essas empresas também possuem forte papel social, pois geram recursos para as camadas mais pobres da população e suas atividades, na maioria dos casos, buscam suprir a necessidade de consumo da população de baixa renda. (SOUZA; QUALHARINI, 2007 apud OLIVEIRA; FORTE, 2013).

O desenvolvimento e a inovação são fatores importantes e devem estar presentes nas micro e pequenas empresas, a fim de manterem-se competitivas e continuarem a movimentar a economia do país. Para isso, serão necessários recursos e financiamentos para o setor (OLIVEIRA; FORTE, 2013).

Para incrementar o seu negócio, o empresário necessita de investimentos em inovações tecnológicas e práticas inovadoras no mercado, além de linhas de crédito de curto e longo prazo, para que possa transformar capital em meios de produção, adotar novos métodos e gerar novos produtos (PAIVA; RAMALHO, 2013).

Porém, o volume de financiamentos e os prazos de amortização dos empréstimos são limitados e, muitas vezes burocráticos, o que dificulta o acesso das empresas a essa fonte de recursos (PINZETTA, 2007, apud OLIVEIRA; FORTE, 2013).

De acordo com pesquisa realizada com microempresas e empresas de pequeno porte da região Nordeste, constatou-se que os produtos mais demandados por estas empresas são o crédito para capital de giro, e em segundo lugar, o crédito para financiamentos de longo prazo. (OLIVEIRA; FORTE, 2013).

Nessa mesma pesquisa foi constatado que 80% das microempresas não elaboraram projetos de financiamento, enquanto que das empresas de pequeno porte, 40% delas não elaboraram esse tipo de projeto (OLIVEIRA; FORTE, 2013).

Com relação aos valores demandados, a maior parte dos empréstimos concedidos às micro e pequenas empresas situa-se em valores entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil. Entre as maiores dificuldades das MPEs em obter empréstimos dos bancos, foram apontadas a insuficiência de garantias reais, a falta de comprovação e insuficiência de documentos, abertura de contas novas e longo tempo de análise das operações de concessão de crédito (OLIVEIRA; FORTE, 2013).

De acordo com PINTER (2004) apud CECATTO (2007), uma das dificuldades das microempresas em obter crédito junto aos bancos, está relacionada ao perfil negativado de muitas dessas empresas na Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA), no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do setor público federal (CADIN). Problemas como esse são atribuídos principalmente à falta de gerenciamento dos negócios da empresa (CECATTO, 2007).

A questão gerencial, inclusive, se trabalhada de forma negligente, sem levar em conta os diversos fatores operacionais e legais do processo produtivo ao qual a empresa se insere, pode contribuir como fator que inibe o acesso ao crédito. A ausência do comportamento do empreendedor, a falta de planejamento operacional e de se elaborar um plano de negócios, pode acarretar tanto na falta de garantias como na insuficiência de documentações exigidas pelos bancos.

3. PANORAMA DO CRÉDITO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO BRASIL

Neste terceiro capítulo é discorrido um breve panorama do crédito nas micro e pequenas empresas do Brasil onde é abordado o crescimento econômico ocorrido a partir da década de 90 e conceitos e atuação do crédito frente a estas empresas.

3.1. O Crescimento da Economia no Brasil

De acordo com Carneiro (2010a) O Brasil, entre os anos de 2004 e 2008, passou por um crescimento e aceleração em sua economia, o que não ocorria há muito tempo. O período entre 1990 a 1998, no plano da economia brasileira, compreende o desmonte do nacional-desenvolvimentismo enfatizando a fase posterior ao aprofundamento das reformas liberais.

O período de 2003-2005 teve como guia o conjunto de políticas estratégicas de desenvolvimento neoliberal que foram postas em prática ao longo dos quinze anos anteriores com o objetivo de integrar a economia brasileira à economia globalizada. Essa integração teve um peso para o mercado, o que favoreceu a economia brasileira. (CARNEIRO, 2006)

O Brasil apresentou uma taxa de crescimento anual de 1,9% entre 1995 e 2002 e consolidou um novo cenário para a atividade produtiva que passou a se expandir a uma taxa média de 4,6% entre 2003 e 2008. Esse cenário contribuiu para que o país voltasse a apresentar uma trajetória de expansão de emprego e renda (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010).

A política de crédito público teve um papel importante na atuação do cenário no Brasil. O governo federal utilizou os bancos públicos para viabilizar a ampliação do crédito, estimulando o crescimento e a viabilização de investimentos. No início da década, os bancos públicos ofertavam pouco mais de 25% do crédito total da economia, e em fevereiro de 2010 chegaram a ofertar 41% – e, dessa forma, mantendo o nível de atividade e do emprego em patamar elevado (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010).

Diante do período de estabilidade e crescimento econômico vivido pelo país a partir de 2004, percebeu-se que a oferta de crédito pelas instituições financeiras para as famílias e empresas, somadas às baixas taxas de juros praticadas pelas operações de poupança e empréstimo, estimularam às empresas que, atraídas por melhores condições de financiamento dos meios de produção, buscaram investir em tecnologia e inovação para incrementar o seu negócio e aumentar a produção, contribuindo assim para o aumento do nível de emprego e renda no país.

Para Gonçalves (2007) este novo momento que a economia brasileira estava passando alterou as expectativas das instituições financeiras, o que passou a possibilitar a realização de operações mais rentáveis em detrimento daquelas caracterizadas por maior liquidez, através de projeções que consideravam agora em grau menor de incerteza.

Ainda de acordo com o autor, neste sentido a economia passou a reagir às necessidades de recursos por parte das empresas e famílias. Fato este que fez com que as empresas bancárias reavaliassem as estratégias desconsiderando os ganhos da inflação e estabelecendo metas a partir de um ambiente macroeconômico mais estável.

Os instrumentos macroeconômicos que de acordo com Souza (2008) influenciam através da combinação entre juros altos e o real valorizado podem bloquear possibilidades de crescimento auto-sustentado da economia. Esses instrumentos macroeconômicos compreendem os ajustes fiscais, ajustes na taxa de câmbio e ajustes na taxa de juros, sendo utilizados pelo governo local em função da política adotada e do cenário econômico vigente.

Todos estes fatores fizeram com que as linhas de crédito oferecidas pelos bancos às pessoas físicas tivessem as taxas de juros atraentes e prazos cada vez mais longos, fazendo com que o poder de compra das famílias aumentasse. Este fator acarretou na ascensão das classes sociais, através do aumento do nível de emprego e renda no país. Foi na ação dos bancos comerciais, que estes passaram a oferecer linhas de crédito mais atrativas conforme o risco da inadimplência iria diminuindo.

3.2 Política Financeira e Crédito no Brasil no Período de 1994-2012

Araujo (2012) analisa que o crédito bancário no Brasil teve o ciclo de expansão econômica, sem precedentes no período de 2004 a 2007. As principais causas para este fenômeno são descritas em três fatores: i) a criação do crédito em folha de pagamento em 2003, que teria expandido o crédito para pessoa física; ii) a redução da taxa básica de juros Selic, que teria reduzido as receitas com operações envolvendo títulos públicos realizadas pelos bancos e induzido estes últimos a expandirem suas operações de crédito; e iii) o ambiente macroeconômico favorável do período.

Os autores Leal e Paula (2006) identificam também que o patamar do volume para pessoa física nas diversas operações de crédito no início dos anos 2000 eram crescentes. As operações que tiveram destaque foram as de crédito pessoal, puxadas pelo crédito consignado e as de aquisição de bens (na modalidade de veículos principalmente).

Essas operações se tornaram superiores a outras talvez devido ao novo governo que assume em 2003 com uma política macroeconômica mais amigável, ou o cenário externo de expansão do comércio exterior, ou pelas políticas de melhoria de renda das partes mais pobres da população brasileira. Os bancos privados induziram o crescimento do crédito, com maior garantia de recuperação do financiamento, e procuraram fazer parceria com grandes redes varejistas de comércio, disponibilizando crédito ao consumidor. Para as pessoas jurídicas, o crédito que se destacou foi o capital de giro e a conta garantida. (ARAUJO, 2012; LEAL E PAULA, 2006)

A ampliação do crédito no Brasil tem uma relação de relevância com o desenvolvimento econômico. Na conjuntura recente de aumento relativo no volume do crédito, associado às elevadas taxas de empréstimos no País, faz com que a demanda efetiva se expanda e gere um aumento da trajetória de crescimento da renda e emprego. O acesso ao crédito permite às famílias aumentar o consumo de bens duráveis e investir na residência e educação. As empresas no processo de crescimento econômico buscam financiamentos de longo prazo que permitam uma escala maior de empreendimentos. (FERREIRA E MEIRELES, 2009; LEAL E PAULA, 2006)

Os bancos públicos no Brasil ganharam mais importância no ano de 2008 a 2009 com o aprofundamento da crise financeira internacional através da atuação compensatória. Principalmente para o setor agrícola, pelo Banco Brasil (BB); imobiliário pela Caixa Econômica Federal (CEF); e o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) com o crédito de Longo prazo. A expansão de suas operações tem a característica de calhar especialmente nos momentos em que o sistema de crédito privado se retrai, possibilitando desta forma a manutenção dos canais de financiamento dos projetos de investimentos. (ARAUJO, 2012; FERREIRA E MEIRELES, 2009; PAULA E LEAL 2006)

No mercado de crédito brasileiro podem se destacar dois períodos: no primeiro predominam as operações para as famílias que são responsáveis por grande parte de toda expansão do mercado de 2004 a 2007. Dada a possibilidade de acesso a bens duráveis e imóveis pelos agentes econômicos com melhorias na qualidade de vida da população; o segundo ocorre principalmente em 2008, com a expansão de crédito para as empresas, que foi sustentado pelas operações de crédito dos bancos públicos. (FERREIRA E MEIRELES, 2009)

A estabilização econômica no Brasil, com o controle da inflação, a partir da implantação do Plano Real em 1994, levou os bancos a mudarem a estratégia de ganhos e de crédito. As instituições bancárias perderam os ganhos inflacionários de antes e a demanda por crédito aumentou o que levou os bancos a promover políticas ativas de expansão dos empréstimos, sobretudo de curto prazo. A expectativa de estabilização da economia criou um estado de confiança dos consumidores através dos preços estáveis. A população de renda baixa foi a que mais buscou bens de consumos duráveis, devido ao aumento real e à preservação do poder de compra dos salários associados à queda da inflação. (CINTRA, 2006)

A adesão ao acordo de Basiléia, os acontecimentos do controle da inflação e o Plano Real criaram diversas modificações no mercado de crédito. No ano de 1988 o BCBS (*Basel Committee on Banking Supervision*) divulgou o primeiro acordo de capital da Basiléia, com o objetivo de criar exigências mínimas de capital para instituições financeiras como forma de fazer face ao risco de crédito. Esse acordo no Brasil, foi implementado em 1994 que introduziu a exigência de capital mínimo para as instituições financeiras em função do grau de risco de suas operações ativas. (BACEN, 2014a)

O BCBS (*Basel Committee on Banking Supervision*) no ano de 2004 divulgou a revisão do acordo de capital da Basileia, conhecida como Basileia II, objetivando uma medida mais precisa dos riscos incorridos pelos bancos internacionalmente ativos. Além dos Princípios Essenciais da Basileia para uma supervisão bancária eficaz três pilares são introduzidos: Requerimentos de capital; Revisão pela supervisão do processo de avaliação da adequação de capital dos bancos; e disciplina de mercado. No Brasil a adesão desse novo acordo está sendo feito gradualmente, a primeira manifestação feita pelo Banco Central do Brasil foi por meio do comunicado 12.746, de 9 de dezembro de 2004, em que foi estabelecido um cronograma com as principais fases a ser seguido para a implementação da nova estrutura de capital. (BACEN, 2014a)

No Governo de Fernando Henrique Cardoso que foi implantado o Plano Real e uma forma de inserção externa no contexto de dominância financeira da acumulação que significou a inserção subordinada do Brasil na economia mundial, criando uma nova forma das relações de dependência. O governo de Fernando Henrique Cardoso, perdurou de 1994 a 2002, e até 2000 o país esteve refém das constantes ameaças de fuga de capital, das exigências e crises cambiais, condicionantes dos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) que através dos grupos ligados ao mercado financeiro doméstico e internacional tem um domínio enorme sobre a direção da política econômica, em prejuízo de trabalhadores do setor privado, funcionalismo público e mesmo outros setores das elites domésticas ligadas ao setor produtivo. (TEIXEIRA E PINTO, 2012)

Dentro deste contexto bancário-financeiro, no ano de 2003 o Partido dos Trabalhadores assume a presidência da república com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As linhas mestras, como o sistema de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, do regime de política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso, foram mantidos pelo governo Lula. No primeiro mandato de 2003 a 2006 o presidente manteve as providências do governo anterior: o crescimento sustentável passa pelo ajuste definitivo das contas públicas, o que significa medidas destinadas à geração de superávits primários suficientes para reduzir a relação dívida/PIB. Praticou o aumento real no salário mínimo e da adoção de programas de transferência de renda direta. Essa diminuição da política fiscal, que tacitamente significa preservação da riqueza financeira, limitou a inclinação do Estado em aumentar os investimentos públicos. (TEXEIRA E PINTO, 2012)

Os autores Teixeira e Pinto (2012) destacam no segundo mandato do governo Lula no período de 2007 a 2010 certa flexibilização da política econômica por meio dos seguintes critérios: (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário; (ii) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) para estimular o investimento público e privado e (iii) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009. Até o final do governo Lula em 2010, os resultados macroeconômicos (setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas) foram melhores que o governo anterior e o Brasil atravessou o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas.

O governo subsequente continuou com o Partido dos Trabalhadores através da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a governar o Brasil, com vigência no período de 2011 a 2014. A redução de juros adotada pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica no discurso da Presidenta no dia 1º de maio de 2012 sinalizaram alterações nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro.

Além de cobrar mudanças por parte dos bancos privados em relação aos elevados juros e *spreads* (é a diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que eles cobram ao conceder um empréstimo para uma pessoa física ou jurídica). No entanto, as recentes transformações nas relações bancário - financeiras e o Estado brasileiro são frutos das mudanças do novo curso do Brasil que propiciou ao Estado maior autonomia relativa diante das frações de classes. (TEIXEIRA E PINTO, 2012)

O sistema financeiro brasileiro que engloba instituições e mercados financeiros onde um dos principais objetivos é a alocação eficiente de recursos na economia passou por muitas mudanças nos últimos anos. Demonstrando que a tomada de decisões e alocação de recursos, por parte da administração financeira das empresas, se tornou ainda mais importante e necessária à compreensão do funcionamento das instituições financeiras e mercados.

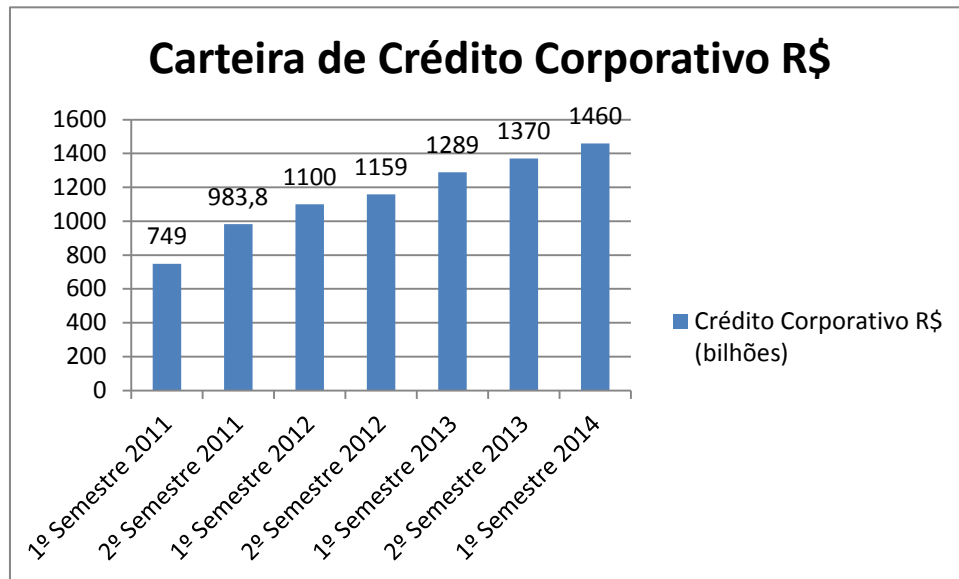
Para melhor demonstrar a relação de crédito nos últimos anos do governo de Dilma foi feita uma análise dos dados a partir dos relatórios de estabilidade financeira do Banco Central do Brasil. Segue abaixo:

Tabela 1 – Análise de dados a partir dos relatórios de estabilidade financeira do BACEN.

Período	Crédito Corporativo R\$ (bilhões)	Destaques	Taxa de Crescimento semestral (%)
1º Semestre 2011	749	Créditos destinados a investimento e financiamento do capital de giro	12,1
2º Semestre 2011	983,8	Além da relevância dos investimentos destinados ao capital de giro, que mantiveram sua estabilidade, o crescente número de empresas tomadoras de crédito, que registraram 1,7 milhões de clientes em junho, ratificou o otimismo dos empresários e demonstrou uma estratégia mais ativa por parte das instituições financeiras na captação de novos clientes.	23,87
1º Semestre 2012	1100	Influenciado pela política monetária restritiva empregada ao longo do ano, com reflexos sobre a elevação do custo dos financiamentos às empresas. O capital de giro continuou sendo a modalidade mais representativa.	10,56
2º Semestre 2012	1159	Desaceleração do crescimento motivada pelo processo de substituição dessas dívidas pela emissão de títulos, principalmente as debêntures, como forma de alongar os passivos e reduzir os custos de captação das empresas, tendo em vista a vantagem tributária dessas emissões pela isenção do IOF. Operações com capital de giro destacaram-se devido redução da taxa de juros dos bancos públicos.	5,09
1º Semestre 2013	1289	Nas operações de capital de giro, o destaque advém da agressividade dos bancos públicos, que operaram com taxas menores e prazos maiores. Houve estabilidade no crescimento, diferenciando-se apenas pela oferta do crédito a prazos maiores.	10,08
2º Semestre 2013	1370	Houve desaceleração na modalidade capital de giro, Crescimento do crédito rural e imobiliário.	5,9
1º Semestre 2014	1460	Crescimento a ritmo moderado. Os bancos públicos, que vinham ampliando suas carteiras a taxas significativamente superiores às dos privados, desaceleraram no segundo semestre de 2013. o crédito rural e o financiamento imobiliário continuaram crescendo acima da média.	6,1

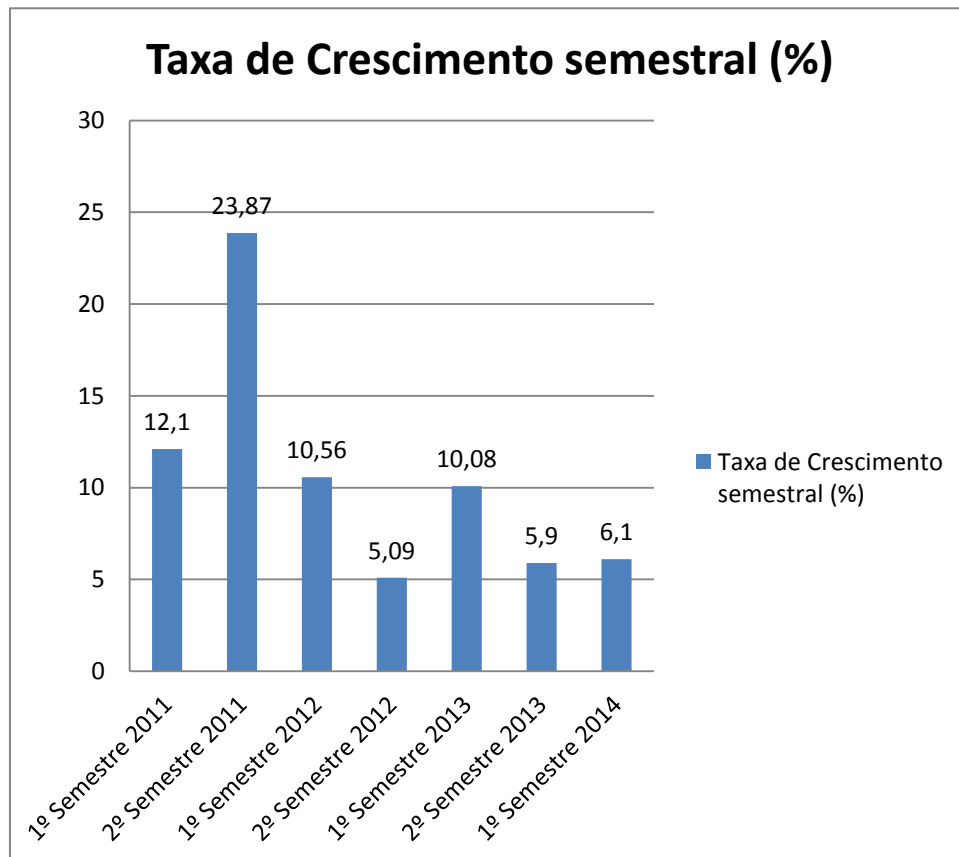
Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados extraídos dos relatórios de estabilidade financeira, Banco Central do Brasil.

Gráfico 1 – Carteira de crédito corporativo



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados extraídos dos relatórios de estabilidade financeira, Banco Central do Brasil.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento semestral da carteira de crédito corporativo (%)



Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados extraídos dos relatórios de estabilidade financeira, Banco Central do Brasil.

Pode-se concluir a partir das informações extraídas dos relatórios de estabilidade financeira que a política restritiva adotada nos últimos quatro anos desacelerou o ritmo de crescimento do crédito voltado para as pessoas jurídicas. O que se observa nessa análise é que até meados de 2012, os investimentos destinados ao capital de giro têm trazido ampla significância a estes resultados. Sendo esta a carteira mais expressiva, a sua queda no segundo semestre de 2012, repercutiu numa desaceleração do crescimento do crédito corporativo. Em contrapartida, o crédito rural e o financiamento imobiliário vêm ganhando espaço nos índices de crédito cedido às pessoas jurídicas.

3.3. Crédito e as Micro e Pequenas Empresas no Brasil

As empresas de porte menor são mais sensíveis a crises econômicas e suscetíveis de se desfazerem, salvo exceções. Normalmente em épocas de crise, as pequenas empresas são as primeiras a afrontar dificuldades financeiras e também são as últimas a sair da crise. Até devido ao fato de no Brasil haver uma maior quantidade de empresas pequenas no universo empresarial, a representatividade dessas empresas no volume de concordatas e falências é também maior. (SILVA, 2000)

Desta forma, as instituições financeiras antes de viabilizar o crédito, a depender do valor que será disponibilizado às empresas, necessitam fazer os Serviços de Análise. Estes serviços consistem em interpretar e analisar de forma conjunta dos dados disponíveis de uma empresa e emitir parecer sobre a sua situação econômico-financeira. A fim de minimizar possíveis prejuízos.

O principal instrumento para desenvolvimento deste trabalho são os demonstrativos contábeis padronizados, a partir deles o analista de crédito irá avaliar a situação da empresa, por meio da evolução das contas e da interpretação dos índices financeiros, verificando os motivos das melhoras ou das piores ocorridas de acordo com o setor da empresa, bem como examinando para que se pretenda realizar as captações e aplicações de recursos, da eficiência das políticas e gerenciamento da empresa. (SILVA 2000)

Para Securato (p. 92, 2002) uma boa análise de crédito de uma empresa deve levar em conta:

A análise histórica ou retrospectiva da empresa, com base em um passado recente e em fatos passados diferenciados das condições normais de atuação da empresa; em seguida à análise retrospectiva, devemos passar a uma análise prospectiva da empresa, no sentido de examinarmos seu desenvolvimento em diferentes cenários possíveis, associados às factíveis ações e reações da empresa. Há várias formas de elaborarmos essa análise; a mais comum consiste no exame da situação da empresa no cenário mais provável, em termos conjunturais, para, em seguida, examinarmos o comportamento da empresa em situações de variação da conjuntura passada.

Para Silva (2000) as análises desenvolvidas por um banco podem ser de três tipos: pequenas empresas, empresas médias e grandes empresas. Estas análises podem ser feitas de acordo com a qualidade das informações disponíveis e a grandeza dos negócios. No caso das pequenas empresas, na maioria das vezes, os demonstrativos contábeis não expressam a realidade das empresas, sendo a ênfase no cadastro da empresa e na análise das pessoas de seus sócios, quanto aos bens patrimoniais e ao caráter dos mesmos. Dados como margem do segmento, receitas, despesas e dívidas completam a análise.

3.4. Conceituação das Micro e Pequenas Empresas quanto ao Porte

Os autores Longenecker, Moore e Petty (1997) afirmam que definir as microempresas e pequenas empresas no Brasil é arbitrário, pois as instituições não têm um padrão de definição e as pessoas seguem modelos diferentes a depender do que pretendem fazer.

Para Farias (2011) o uso das definições de microempresas e pequenas empresas é heterogêneo devido ao fato de qual será a finalidade do uso pelas instituições que promovem o enquadramento, a exemplo da regulamentação, do crédito e de estudos.

O autor ressalta também que as instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor empregam basicamente dois fatores para a definição: o valor do faturamento e o número de pessoas empregadas (FARIAS, 2011).

A conceituação das empresas pode ser dada de diversas formas. O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012) classifica o tamanho de uma empresa de acordo com o faturamento. No Estatuto da Micro e Pequena Empresa, de 1999, o critério adotado para conceituar micro e pequena empresa é a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028/2004, de 31 de março de 2004.

É importante notar que, de acordo com dados do site do SEBRAE (2012), o regime simplificado de tributação - SIMPLES é uma lei de cunho estritamente tributário e adota um critério diferente para enquadrar micro e pequena empresa. Os limites, conforme disposto na Medida Provisória 275/05, cujos valores foram atualizados pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/11 que ajusta a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06), são definidas como: microempresa as de receita bruta anual igual à no máximo R\$ 360 mil e empresa de pequeno porte as de receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões;

No entanto, segundo o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (2011) a definição do porte da empresa foi discriminada de acordo com o número de pessoas ocupadas em cada organização e setor econômico, ou seja, indústria, comércio e serviço. Define-se: microempresa para o setor de Comércio e serviço é de até 9 pessoas ocupadas e no setor de indústria é de até 19 pessoas ocupadas; e pequena empresa no setor de Comércio e serviço é de 10 a 49 pessoas ocupadas e o de indústria é de 20 a 99.

As pequenas empresas têm contribuições especiais à economia para o bem-estar da nação, pois fabricam parte indispensável dos bens e serviços contribuindo para os trabalhos que são desenvolvidos nas grandes empresas. A importância das pequenas empresas para a economia na geração de emprego e renda é uma das principais características destas empresas, além do estímulo à competição levando serviços e bens melhores aos consumidores. (LOGENECKER, MOORE E PETTY, 1997)

4. PANORAMA DO CRÉDITO E A ATUAÇÃO DOS BANCOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM SERGIPE

O estado de Sergipe é composto por 75 municípios em uma área de 21.915,116 Km². Esta extensão territorial o torna o menor estado da federação, ocupando apenas 0,26% de todo o território nacional. A população adulta estimada em 2013, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 2.195.662. Apesar do tamanho territorial pequeno o estado possui uma dinâmica econômica.

No ano de 2012 no estado de Sergipe o setor primário respondia por 4,2% do valor adicionado bruto da economia sergipana, o setor secundário representava 28,9% e o setor terciário 66,9%. Um dos principais pontos do estado de Sergipe para a economia é a extração de riquezas minerais como o petróleo, gás natural e outros minérios como a silvinita e carnalita. (Observatório de Sergipe, 2012)

Carneiro (2010^b) explica que o estado possui, ainda, importantes jazidas de calcário que fizeram com que fosse o maior produtor de cimento do Nordeste, e o quinto maior produtor do Brasil. No entanto, o autor mostra que os segmentos de maior importância na geração do Valor de Transformação industrial de Sergipe são quatro: produtos alimentícios e bebidas, produtos químicos, produtos minerais não-metálicos e produtos têxteis e de confecção.

Para a realização dessas atividades que o Estado desempenha na economia através das atividades da indústria, comércio e serviço é necessário o apoio dos agentes financeiros para as atividades empresariais. Entretanto, Ventura (2013) observa que em 2010 vinte e cinco municípios de Sergipe não possuíam agências bancárias em seu território, o que representa um terço dos municípios sergipanos sem agências bancárias.

O autor também mostra através de dados de dezembro de 2010 extraídos do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras que têm maior participação com agências no território sergipano e conseqüentemente as mais utilizadas pela população, tanto Pessoas Físicas e Jurídicas, que são:

Tabela 2 – Total de agências dos bancos públicos, estado de Sergipe.

Nome da Instituição	Total de Agências no território Sergipano
Banco do Estado de Sergipe S.A	64
Banco do Brasil S.A.	44
Caixa Econômica Federal	18
Banco do Nordeste S.A.	15

Fonte: Ventura (2013, p. 49)

Ventura (2013) destaca a contribuição do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), que em 2010 possuía 64 agências distribuídas pelo estado sendo desta forma a instituição que mais disponibilizou pontos de acesso aos cidadãos sergipanos. Importante ressaltar que o BANESE tem destaque dentro da economia de Sergipe, mesmo após a reestruturação do sistema bancário ocorrido no pós-real e a extinção de vários bancos estaduais. O volume de crédito total de Sergipe foi de R\$ 5,0 bilhões em dezembro de 2010, valor que corresponde a apenas 4,7% e a 0,34% das operações de crédito realizadas, respectivamente no Nordeste e no Brasil.

4.1. A Atuação do Banco do Nordeste do Brasil em Sergipe

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), tem como finalidade maior desenvolver e fomentar a região Nordeste sendo uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19 de julho de 1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

A missão do Banco do Nordeste do Brasil é atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como banco público competitivo e rentável, a visão ser o banco preferido na região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável e os valores são: justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, sustentabilidade, compromisso, confiança, civilidade, transparência, igualdade e respeito.

O ano 2006 marcou a consolidação da trajetória de crescimento das operações de empréstimos e financiamentos, com a contratação de operações globais que somaram R\$ 7,3 bilhões, sendo de R\$ 4,6 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A atuação do Banco do Nordeste em Sergipe é ampla e atende o estado através de 14 (catorze) agências localizadas na capital Aracaju e nos municípios de Boquim, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Simão Dias e Tobias Barreto. Além da atuação através dos postos de atendimentos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) teve a regulamentação ocorrida por meio da Lei 7827, de 27 de setembro de 1989 dando início a operacionalização desses recursos através do Banco do Nordeste (BNB), promovendo um fluxo crescente de investimentos nos setores produtivos da Região, com relevantes impactos econômicos e sociais. O FNE está completando 25 anos em 2015 desses investimentos na região Nordeste, por meio do Banco do Nordeste,

em um processo de evolução que mescla o fortalecimento e a atualização do próprio Banco com possibilidades de apoio ao desenvolvimento regional. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

As aplicações do FNE são norteadas por programações anuais que espelham a cada ano as atualizações do marco regulatório dos fundos constitucionais, as políticas públicas federais e estaduais, assim como as mudanças geradas pela dinâmica socioeconômica regional e nacional. As variáveis de recursos apresentadas de distribuição dos recursos refletem prioridades da política de financiamento, como por exemplo, a alocação de 51% dos recursos para beneficiários de menor porte. Desse modo, o FNE consubstancia a atuação do Banco no Nordeste do fomento do desenvolvimento regional, provendo financiamentos ao setor produtivo. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

O processo de desenvolvimento regional requer a convergência de um conjunto de fatores, capazes de impactar positivamente a dinâmica econômica local, de forma a elevar os efeitos multiplicadores do investimento produtivo na Região, a exemplo de formação de capital humano; investimento em Ciência e Tecnologia; cooperação técnica e econômica entre diversos atores; investimento adequado em infraestrutura. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2015)

A convergência desses fatores é capaz de criar também uma ambiência favorável ao crédito que viabilize os investimentos produtivos necessários para fazer face aos objetivos de desenvolvimento regional da política pública de financiamento representada pelo FNE, que disponibiliza recursos com condições adequadas ao financiamento de longo prazo para todos os setores econômicos. A partir do ano de 2009, em Sergipe, foram disponibilizados recursos internos do Banco denominado através da sigla RECIN. (Programação Regional FNE, 2015)

A atuação do Banco do Nordeste oferta capital de giro às micro e pequenas empresas contribuindo para a consolidação e o crescimento e para a diminuição da mortalidade dessas empresas. Sabendo disso, o Banco do Nordeste disponibiliza para essas empresas um conjunto de produtos, entre os quais está o capital de giro que possivelmente é de suma importância para empresas desse porte de acordo com as necessidades que pode ser desde a cobertura momentânea emergencial de déficits de caixa até a aquisição de insumos e matérias-primas relacionados com a atividade. Todos estes produtos possuem taxas menores que se diferenciam no mercado.

5. METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS

Após as análises teóricas sobre o crédito e as pequenas e micro empresas, resta buscar variáveis adequadas para a construção de um modelo visando ao teste empírico da hipótese de que existe um impacto no nível de emprego e desenvolvimento na região de análise, no caso os municípios sergipanos, gerado devido à obtenção de crédito através do Banco do Nordeste do Brasil, para financiar a produção ou outros investimentos nas micro e pequenas empresas.

Assim, o presente capítulo tem por objetivo descrever a elaboração do modelo, incluindo a seleção de variáveis e a apresentação do método empregado. O estudo de trabalho científico objetiva, de forma clara e sucinta, apresentar os resultados de uma pesquisa original completa ou os seus resultados parciais; aqui se utilizou o método de pesquisa quantitativo denominado análise de dados em painel que é um tipo especial de dados combinados, nos quais a mesma unidade (nesse estudo são os municípios do estado de Sergipe) em corte transversal (coleta de informações de uma ou mais variáveis no mesmo ponto do tempo) é pesquisada ao longo do tempo, no estudo as variáveis foram observadas ao longo de 4 (quatro) anos. (GUJARATI, 2006; MALHOTRA, 2001)

5.1 Fontes de Dados e Variáveis

Os dados coletados para o processo da análise são de caráter não experimental, ou seja, não controlados pela pesquisadora. Quanto ao processo de amostragem, a população alvo foi às micro e pequenas empresas dos 75 municípios de Sergipe que receberam crédito no período de 2009 a 2012, os setores da economia estudados foram: agrícola que abrange pecuária e agroindústria, indústria e serviços (que foi unido ao comércio). Para nos assegurarmos de que quaisquer fatores que afetam o nível de emprego e desenvolvimento na região de análise estão sob controle é necessário selecionar outros fatores que podem influenciar o objeto de estudo.

Diante do exposto o modelo básico a ser estimado confrontará o emprego formal, a operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) foi escolhida esta instituição financeira por ser um fomentador e ferramenta de desenvolvimento dentro da região Nordeste pelo governo, a geração de valor agregado, a PEA (População Economicamente Ativa) e a remuneração média nominal todos por município e referentes ao período.

Os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados e os motivos que levaram a esta escolha foram em primeiro lugar operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com a finalidade de estudar o quanto essas operações podem afetar diretamente ou indiretamente na criação de emprego formal, como variável independente.

Seguido do emprego formal através da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) como variável dependente. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), todo mercado tem compradores e vendedores e o mesmo ocorre no mercado de trabalho em que qualquer caso onde as tomadas de decisão dos particulares são influenciadas pelo comportamento e decisões dos outros.

As informações da População Economicamente Ativa (PEA) que foi colhida na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que refere-se à força de trabalho todas as pessoas com idade economicamente ativa, nesse estudo foi considerado de 15-64 anos, disponíveis no mercado de trabalho também afeta a variável estudada (EHRENBURG e SMITH, 2000).

A remuneração média nominal foi extraída da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – de responsabilidade do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). No mercado de trabalho as ações dos compradores e vendedores servem tanto para distribuir como para estabelecer os preços de mão-de-obra, do ponto de vista social pode atuar como sinais ou incentivos na distribuição, do ponto de vista do trabalhador são importantes na determinação da renda, ou seja, do poder de compra.

Dessa forma, o salário pode afetar o emprego formal devido ao fato de que quanto maior a remuneração da mão-de-obra menor o interesse as empresas em contratar empregados, em função do aumento dos custos que isso acarreta. Por outro lado, maior o incentivo para que um contingente maior de indivíduos participe do mercado de trabalho. (EHRENBURG E SMITH, 2000).

A geração de valor agregado foi retirada do Observatório de Sergipe, dados econômicos, esta informação pode afetar a variável estudada emprego formal, pois a economia ativa favorece as contratações de empregados. Já em um contexto de desaquecimento econômico, diante de uma fraca demanda por seus produtos ou serviços, as empresas tendem a não contratar funcionários. Valor agregado é uma variável denominada derivada, que traduz conceitos econômico-contábeis que opera com dois referenciais para agregação de dados o Valor Bruto da Produção (no caso o valor do Produto Interno Bruto do estado de Sergipe) menos os custos e despesas operacionais. (IBGE, 2015). Na seção seguinte será feita a análise descritiva dos dados e dos resultados painel.

5.2 Análise dos Dados e dos Resultados

Diante do exposto na seção prévia, o modelo básico a ser estimado confrontará o emprego formal, a operação de microcrédito realizada nos municípios sergipanos através do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), a geração de valor agregado, a PEA (População Economicamente Ativa) e a remuneração média nominal todos por município e por setores da economia (setor de serviços que está unido ao comércio, agrícola e indústria) referentes ao período de 2009 a 2012. Abaixo segue o modelo estimado:

$$Y = \alpha_0 + \alpha_1.X_1 + \alpha_2.X_2 + \alpha_3.X_3 + \alpha_4.X_4$$

Onde:

Y= emprego formal

X₁= operação de microcrédito

X₂= geração de valor agregado

X₃= remuneração média nominal

X₄= população economicamente ativa

O modelo propõe apresentar se há influencia do crédito que é concedido as micro e pequenas empresas no emprego formal nos principais setores da economia que são: serviços (que foi unido ao comércio), indústria e agrícola (que abrange a pecuária).

Primeiramente os dados foram tratados através do Programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) que para o Windows é *software* de análise estatística e tratamento de dados vocacionado para as ciências sociais (e.g. Psicologia, Sociologia, Economia, Gestão, Turismo, entre outras). (MARTINEZ E FERREIRA, 2007)

Adiante as matrizes de correlações e informações para a aplicação do modelo para cada um dos setores propostos. Que foram geradas pelo programa SPSS, as análises dos resultados, testes aplicados para averiguação dos resultados e informações. Após esse tratamento dos dados são feitas análises do programa STATA que será feito em matriz robusta para as correções da heterocedasticidade e os testes para identificação do modelo. Seguida das tabelas com as matrizes geradas pelo programa *STATA* e análises dos resultados.

a) Setor agrícola

A figura 1 ilustra a correlação entre as quatro variáveis independentes estudadas para o setor agrícola operações de microcrédito, valor adicionado, salário e população economicamente ativa na relação com a variável dependente que é o emprego formal para o setor agrícola. Analisando a figura observa-se que as variáveis que influenciam com maior intensidade no emprego formal são valor adicionado e população economicamente ativa. A operação de microcrédito não é significativa na relação com o emprego formal.

Figura 1 - Matriz de correlações de Pearson - Setor agrícola

		opmicragr	vaagr	salarioagr	Peaagr
Opmicragr	Pearson Correlation	1	,060	,279(**)	,035
	Sig. (2-tailed)		,417	,000	,639
	N	184	184	181	184
Vaagr	Pearson Correlation	,060	1	,114	,331(**)
	Sig. (2-tailed)	,417		,050	,000
	N	184	300	296	300
Salarioagr	Pearson Correlation	,279(**)	,114	1	,265(**)
	Sig. (2-tailed)	,000	,050		,000
	N	181	296	296	296
Peaagr	Pearson Correlation	,035	,331(**)	,265(**)	1
	Sig. (2-tailed)	,639	,000	,000	
	N	184	300	296	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 2a – Resultado da regressão pooled – Setor agrícola

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	1,000 ^a	1,000	1,000	4,333	2,153

a. Predictors: (Constant), peaagr, opmicragr, vaagr, salarioagr

b. Dependent Variable: empagr

Figura 2b - Resultado da regressão pooled – Setor agrícola

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1 (Constant)	-,370	2,180		-,170	,865		
opmicragr	-1,5E-006	,000	-,001	-1,025	,307	,919	1,088
vaagr	-6,8E-008	,000	-,002	-2,365	,019	,888	1,126
salarioagr	,002	,004	,001	,654	,514	,857	1,167
peagr	1,007	,001	1,000	1170,855	,000	,836	1,197

a. Dependent Variable: empagr

Neste modelo observamos o $R^2 = 1$, ou seja, as variações das variáveis PEA e Valor Adicionado explicam 100% do emprego formal. Sendo que para este modelo do setor agropecuário não há problema de multicolinearidade. Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{calc} = 2,153$. Para $k=4$ e $n = 100$, $DW_L = 1,59$ e $DW_U = 1,76 \Rightarrow$ como $D = 2,153 < 2,24$ não há autocorrelação de resíduos.

Os resultados do teste de White para a detecção da heterocedasticidade foi: $R^2 = 0,981 \times 300 = 294,3 > \chi^2$ para $n = 50$ e 5% de erro = 34,76, ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

b) Setor industrial

A figura 3 apresenta a matriz do setor industrial que demonstra uma situação em que o microcrédito não favorece no caso desse setor, pois embora estatisticamente significativo, a correlação é negativa, com a variável dependente que é o emprego formal. Pode-se supor que para este setor o crédito à micro e pequena empresa seja para a aquisição de máquinas e equipamentos, ocorrendo dessa forma a substituição da mão-de-obra humana que resulta em um impacto negativo quando há as operações de crédito

Figura 3 - Matriz de correlações de Pearson - Setor indústria

		opmicind	Vaind	salarioind	peaind
opmicind	Pearson Correlation	1	,496(**)	-,071	,628(**)
	Sig. (2-tailed)		,000	,404	,000
	N	141	141	141	141
Vaind	Pearson Correlation	,496(**)	1	,026	,763(**)
	Sig. (2-tailed)	,000		,652	,000
	N	141	300	300	300
salarioind	Pearson Correlation	-,071	,026	1	,068
	Sig. (2-tailed)	,404	,652		,243
	N	141	300	300	300
Peaind	Pearson Correlation	,628(**)	,763(**)	,068	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,243	
	N	141	300	300	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 4a - Resultado da regressão pooled – Setor industria

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,987 ^a	,973	,972	246,299	1,633

a. Predictors: (Constant), peaind, salarioind, opmicind, vaind

b. Dependent Variable: empind

A PEA, as operações de microcrédito e o Valor Adicionado são as variáveis relevantes que explicam o modelo proposto que teve um $R^2 = 0,973$ o que indica que as variáveis independentes do setor industrial explicam 97,3% da variável dependente que é o emprego formal.

Figura 4b - Resultado da regressão pooled – Setor industria

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	76,413	32,681		2,338	,021		
	opmicind	-1,8E-005	,000	-,040	-2,211	,029	,592	1,690
	vaind	-5,4E-007	,000	-,078	-3,590	,000	,417	2,398
	salarioind	,012	,013	,014	,950	,344	,973	1,028
	peaind	,755	,017	1,068	43,715	,000	,329	3,038

a. Dependent Variable: empind

Nos coeficientes a operação de microcrédito e o valor adicionado tiveram um impacto negativo sobre a variável dependente.

No modelo para o setor indústria não há problema de multicolinearidade. Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{calc} = 1,633$.

Para $k=4$ e $n = 100$, $DW_L = 1,59$ e $DW_U = 1,76 \Rightarrow$ como $D = 1,633$ não se pode afirmar que há e nem que não há autocorrelação de resíduos, pois o teste cai na zona de indecisão.

Teste de White para heterocedasticidade: $R^2 = 0,270 \times 300 = 81,0 > \chi^2$ para $n = 50$ e 5% de erro = 34,76, ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

c) Setor de serviços

A figura 5 ilustra a correlação entre as quatro variáveis independentes estudadas para o setor de serviços: operações de microcrédito, valor adicionado, salário e população economicamente ativa na relação com a variável dependente que é o emprego formal. Analisando a figura observa-se que as variáveis que influenciam com maior intensidade no emprego formal, ou seja, as variáveis relevantes são: valor adicionado e população economicamente ativa, e as variáveis irrelevantes são microcrédito e salário médio. A operação de microcrédito não é significativa na relação com o emprego formal para o setor de serviços.

Figura 5 - Matriz de Correlações de Pearson - Setor de Serviços

		Opmicro	va	salario	pea
Opmicro	Pearson Correlation	1	,774(**)	,355(**)	,761(**)
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000
	N	300	300	300	300
Va	Pearson Correlation	,774(**)	1	,382(**)	,983(**)
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000
	N	300	300	300	300
Salário	Pearson Correlation	,355(**)	,382(**)	1	,353(**)
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000
	N	300	300	300	300
Pea	Pearson Correlation	,761(**)	,983(**)	,353(**)	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	
	N	300	300	300	300

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Figura 6a – Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,999 ^a	,998	,998	600,979	1,894

a. Predictors: (Constant), pea, salario, opmicro, v a

b. Dependent Variable: empform

Figura 6b - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-641,810	177,403		-3,618	,000		
	opmicro	2,34E-005	,000	,008	1,908	,057	,397	2,521
	v a	1,53E-006	,000	,083	5,549	,000	,031	32,289
	salario	,111	,096	,003	1,157	,248	,831	1,203
	pea	,611	,010	,910	62,662	,000	,033	30,288

a. Dependent Variable: empform

Foi observado que neste modelo ocorreu problema de multicolinearidade, ou seja, impactos que podem ser causados na estimativa dos parâmetros através das variáveis que tiveram uma multicolinearidade excessiva. Esse problema existe quando as variáveis independentes possuem relações lineares exatas ou aproximadamente exatas, com o $R^2=0,998$, ou seja 99,8% e por este motivo será retirado do modelo a variável PEA e o modelo será rodado novamente:

Figura 7a - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,985 ^a	,971	,970	2269,580	2,020

a. Predictors: (Constant), salario, opmicro, v a

b. Dependent Variable: empform

Dessa forma o $R^2 = 0,971$ a variação das variáveis independentes explica 97,1% da variável dependente.

Figura 7b - Resultados da Regressão Pooled – Setor de Serviços

Coefficients ^a								
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	-161,486	669,331		-,241	,810		
	opmicro	3,22E-005	,000	,011	,696	,487	,397	2,521
	v a	1,81E-005	,000	,984	61,520	,000	,388	2,579
	salario	-,675	,360	-,020	-1,875	,062	,845	1,183

a. Dependent Variable: empform

Aplicamos os métodos corretivos e observamos assim que, com esse modelo, a multicolinearidade está controlada.

Teste de Durbin-Watson para autocorrelação de resíduos: $D_{\text{calc}} = 2,020$. Para $k=3$ e $n = 100$, $DW_L = 1,61$ e $DW_U = 1,74 \Rightarrow$ como $D = 2,02$ não há autocorrelação de resíduos.

Teste de White para heterocedasticidade:

$$R^2 = 0,796 \times 300 = 238,8 > \chi^2 \text{ para } n = 50 \text{ e } 5\% \text{ de erro} = 34,76$$

Ou seja, é necessário tratar a heterocedasticidade, o que será feito com a utilização da matriz robusta de variância no stata.

5.3. Resultados da Análise de Dados em Painel

a.1) Estimando por efeitos fixos para o setor agrícola:

Tabela 3 – Resultados dos efeitos fixos –Setor agrícola

Fixed-effects (within) regression		Number of obs	=	181		
Group variable: estado		Number of groups	=	74		
R-sq: within	= 0.9998	Obs per group: min	=	2		
between	= 1.0000	avg	=	2.4		
overall	= 1.0000	max	=	4		
		F(4,73)	=	103148.72		
corr(u_i, Xb)	= 0.4124	Prob > F	=	0.0000		
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empagr	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
opmicrag	-6.77e-08	2.42e-07	-0.28	0.780	-5.50e-07	4.14e-07
vaagr	-9.48e-09	1.56e-08	-0.61	0.546	-4.06e-08	2.16e-08
salarioa	.0017674	.0014009	1.26	0.211	-.0010246	.0045594
peaagr	1.001437	.0017574	569.82	0.000	.9979341	1.004939
_cons	-.3306351	1.076889	-0.31	0.760	-2.476872	1.815602
sigma_u	1.2024236					
sigma_e	.68954008					
rho	.75252772	(fraction of variance due to u_i)				

a.2) Estimando por efeitos aleatórios para o setor agrícola:

Tabela 4 – Resultados dos efeitos aleatórios –Setor agrícola

Random-effects GLS regression		Number of obs	=	181		
Group variable: estado		Number of groups	=	74		
R-sq: within	= 0.9998	Obs per group: min	=	2		
between	= 1.0000	avg	=	2.4		
overall	= 1.0000	max	=	4		
		Wald chi2(4)	=	1.07e+06		
corr(u_i, X) = 0 (assumed)		Prob > chi2	=	0.0000		
(Std. Err. adjusted for 74 clusters in estado)						
empagr	Coef.	Robust Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
opmicrag	6.36e-08	2.32e-07	0.27	0.784	-3.91e-07	5.18e-07
vaagr	-8.94e-09	9.23e-09	-0.97	0.333	-2.70e-08	9.15e-09
salarioa	.0013442	.0012665	1.06	0.289	-.0011381	.0038266
peaagr	1.002737	.0010671	939.65	0.000	1.000645	1.004829
_cons	-.3267477	.7866393	-0.42	0.678	-1.868532	1.215037
sigma_u	1.029191					
sigma_e	.68954008					
rho	.69018986	(fraction of variance due to u_i)				

O modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado ao setor agrícola devido ao fato que fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 2,390 significativo ao nível de 5% de erro mostra que o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado ao setor agrícola.

A análise de painel dos efeitos aleatórios para o setor agrícola apresenta a População Economicamente Ativa como a variável independente que é significativa e que influencia na geração de emprego, a variável dependente. Esta situação pode se ocorrer, na população economicamente ativa, pela hipótese que neste setor ao se atingir a idade de 15 anos (base utilizada para este estudo) a pessoa é inserida no mercado de trabalho em algumas ocorrências até mesmo antes desta idade. Tal hipótese é empírica e necessita de um maior estudo para o referido setor.

b.1) Estimando por efeitos fixos para o setor industrial:

Tabela 5 - Resultados dos efeitos fixos – Setor industrial

```

R-sq:  within = 0.9532          Obs per group: min =      1
       between = 0.9692          avg =      2.5
       overall = 0.9760         max =      4

corr(u_i, Xb) = -0.9406          F(4,56)          = 1735.84
                                   Prob > F          = 0.0000

```

(Std. Err. adjusted for 57 clusters in estado)

empind	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
opmicind	-8.18e-06	4.32e-06	-1.89	0.063	-.0000168	4.72e-07
vaind	-6.28e-08	1.24e-07	-0.51	0.615	-3.12e-07	1.86e-07
salarioi	.0022805	.004326	0.53	0.600	-.0063855	.0109464
peaind	.9891912	.0128445	77.01	0.000	.9634606	1.014922
_cons	-212.4523	23.08093	-9.20	0.000	-258.6889	-166.2156
sigma_u	744.97021					
sigma_e	47.986009					
rho	.99586807	(fraction of variance due to u_i)				

b 2) Estimando por efeitos aleatórios para o setor industrial:

Tabela 6 - Resultados dos efeitos fixos –Setor industrial

Random-effects GLS regression		Number of obs	=	141	
Group variable: estado		Number of groups	=	57	
R-sq: within	= 0.9461	Obs per group: min	=	1	
between	= 0.9714	avg	=	2.5	
overall	= 0.9776	max	=	4	
		Wald chi2(4)	=	838.44	
corr(u_i, X) = 0 (assumed)		Prob > chi2	=	0.0000	
(Std. Err. adjusted for 57 clusters in estado)					
empind	Coef.	Robust Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
opmicind	-.000011	5.58e-06	-1.97	0.049	-.0000219 -3.36e-08
vaind	-2.26e-07	1.75e-07	-1.29	0.196	-5.70e-07 1.17e-07
salarioi	.010348	.007921	1.31	0.191	-.0051769 .025873
peaind	.7925197	.0791086	10.02	0.000	.6374697 .9475698
_cons	30.27555	33.08703	0.92	0.360	-34.57384 95.12494
sigma_u	271.10329				
sigma_e	47.986009				
rho	.9696218	(fraction of variance due to u_i)			

O modelo de efeitos fixos é o mais adequado para o setor agrícola. Fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 63,369 significativo ao nível de 1% de erro mostra que o modelo de efeitos fixos é mais adequado ao setor industrial.

No setor industrial a análise da tabela 6 demonstra que as variáveis independentes, operação de crédito realizado junto às micro e pequenas empresas e população economicamente ativa, são estatisticamente significativas na influência da variável dependente. Entretanto, o impacto das operações de microcrédito é negativa para geração de emprego formal.

Tal ocorrência pode se dar pelo motivo destas empresas do referido setor adquirem o crédito para a compra de equipamentos com o objetivo de aumentar ou agilizar a produção, dentre outros, o que pode acarretar a não geração de empregos ou até mesmo na diminuição destes através das demissões. A averiguação desta e de outras hipóteses para esta situação se faz necessária por meio de um estudo mais aprofundado para esse setor econômico.

c.1) Estimando por efeitos fixos para o setor de serviços

Tabela 7 – Resultados dos efeitos fixos –Setor serviços

Fixed-effects (within) regression		Number of obs	=	300		
Group variable: estado		Number of groups	=	75		
R-sq: within	= 0.9000	Obs per group: min	=	4		
between	= 0.9723	avg	=	4.0		
overall	= 0.9706	max	=	4		
		F(3,74)	=	97.79		
corr(u_i, Xb)	= 0.8492	Prob > F	=	0.0000		
(Std. Err. adjusted for 75 clusters in estado)						
empform	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
opmicro	.0000239	.0000333	0.72	0.474	-.0000423	.0000902
va	.0000131	1.12e-06	11.68	0.000	.0000109	.0000153
salario	-.5138012	.1240169	-4.14	0.000	-.7609103	-.2666922
_cons	519.9765	250.6978	2.07	0.042	20.45025	1019.503
sigma_u	4239.3049					
sigma_e	432.51796					
rho	.989698	(fraction of variance due to u_i)				

c.2) Estimando por efeitos aleatórios para o setor de serviços:

Tabela 8 - Resultados dos efeitos aleatórios –setor serviços

Random-effects GLS regression		Number of obs	=	300		
Group variable: estado		Number of groups	=	75		
R-sq: within	= 0.8998	Obs per group: min	=	4		
between	= 0.9722	avg	=	4.0		
overall	= 0.9706	max	=	4		
		Wald chi2(3)	=	403.25		
corr(u_i, X)	= 0 (assumed)	Prob > chi2	=	0.0000		
(Std. Err. adjusted for 75 clusters in estado)						
empform	Coef.	Robust Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
opmicro	.0000221	.0000378	0.59	0.558	-.0000519	.0000961
va	.0000152	1.02e-06	14.91	0.000	.0000132	.0000171
salario	-.6554477	.1605365	-4.08	0.000	-.9700935	-.340802
_cons	387.8527	380.8083	1.02	0.308	-358.5178	1134.223
sigma_u	2230.4432					
sigma_e	432.51796					
rho	.96375946	(fraction of variance due to u_i)				

Na análise de dados em painel identifica-se que o modelo de efeitos fixos é mais adequado ao setor de serviços. Fazendo o teste de Sargan-Hansen para identificar o modelo adequado: valor = 120,894 significativo ao nível de 1% de erro mostra que o modelo de Efeitos Fixos é mais adequado ao setor de serviços.

No setor de serviços que neste estudo foi unido ao do comércio, o valor adicionado e o salário foram as variáveis independentes que mais influenciaram a variável dependente. A hipótese para a influência positiva do valor adicionado é que seja devido ao aumento de pessoas com maior poder aquisitivo no mercado, o que gera consequentemente uma demanda maior de mão-de-obra para atender o mercado consumidor. Já o salário quando aumenta o valor da remuneração influencia negativamente na geração de empregos. Esta situação também necessita de um estudo mais aprofundado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo geral apresentar o possível desenvolvimento gerado nas micro e pequenas empresas sergipanas ao obter crédito para financiar a produção no período de 2009 a 2012 referentes aos financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil, bem como identificar o impacto dessas operações no nível de emprego dos municípios. Para isso foi realizada uma análise de dados em painel com a finalidade de identificar as principais variáveis que impactam o nível de emprego dos municípios sergipanos no período de análise. Através da metodologia de pesquisa utilizando a técnica de análise de dados em painel.

Em suma, na maioria dos testes realizados no âmbito do presente trabalho a população economicamente ativa, valor adicionado e o salário médio foram os principais condicionantes para o crescimento do emprego formal nos setores da economia de indústria, serviço (que agrega neste trabalho o setor comércio) e agrícola. As operações de crédito junto às micro e pequenas foi uma variável significativa apenas no setor industrial. No entanto, o impacto desta variável foi negativo para este setor.

O setor agrícola apresentou a População Economicamente Ativa como a variável independente que é significativa e que influencia na geração de emprego, que é a variável dependente que está sendo estudada. Esta situação pode-se ocorrer, na população economicamente ativa, pela hipótese que neste setor ao se atingir a idade de 15 anos (base utilizada para este estudo) o indivíduo normalmente é inserido no mercado de trabalho e em algumas ocorrências até mesmo antes desta idade. Devido muitas vezes a necessidade de mão de obra no campo. Tal hipótese é empírica e necessita de um maior estudo para o referido setor.

No setor industrial as variáveis independentes: operação de crédito realizada juntos às micro e pequenas empresas e a população economicamente ativa foram as estatisticamente significativas na influência da variável dependente. Entretanto, a variável operação de crédito teve impacto negativo na geração de emprego formal, fato que foi constatado através da análise de dados em painel na tabela de efeitos fixos que de acordo com os testes foi a que melhor apresentou os resultados durante este estudo.

Tal ocorrência pode ser pelo motivo destas empresas do referido setor adquirirem o crédito para a compra de equipamentos e máquinas com o objetivo de aumentar ou de agilizar a produção, dentre outras hipóteses que podem ser consideradas. Esta situação considerada no mercado econômico pode acarretar a não geração de empregos ou até mesmo na diminuição destes através das demissões. Considerando que quando a empresa se mecaniza, principalmente no setor industrial, o foco é aumentar a produção e diminuir a mão de obra para baratear os custos. A averiguação desta e de outras hipóteses para esta situação se faz necessária por meio de um estudo mais aprofundado para esse setor econômico.

No setor de serviços, que neste estudo foi unido ao do comércio, foram o valor adicionado e a remuneração média nominal as variáveis independentes que mais influenciou a variável dependente que foi o emprego formal. A hipótese para a influência positiva do valor adicionado é que os investimentos e aumento de pessoas com maior poder aquisitivo da população no mercado econômico aumenta a procura pela aquisição de serviços e produtos. Por conseguinte, a necessidade de pessoas para ocupar novos postos de trabalho que surgem devido à demanda no setor de serviços predomina a mão de obra.

Já a variável remuneração média nominal para este setor pode ter influenciado de forma que quando aumenta o valor da remuneração o impacto é negativo na geração de empregos. Ehrenberg e Smith (2000) pontua a seguinte colocação sobre o tema: à medida que os salários aumentam, duas coisas podem acontecer primeiro, mais trabalhadores entrarem no mercado de trabalho e segundo salários em expansão induzir os empregadores a procurar menos trabalhadores. Na situação estudada o que pode ter acontecido foi a segunda hipótese. Entretanto, o estudo deve ser mais aprofundado para o setor com a finalidade de averiguar o caso com mais detalhes de ocorrências.

Nos setores econômicos estudados a variável de operação de crédito junto as micro e pequenas empresas apareceu estatisticamente significativa apenas no setor industrial. Entretanto, o impacto teve uma influência negativa na variável dependente emprego formal. O que implica a negação da hipótese de que as operações de crédito influenciam positivamente a geração de emprego formal ocasionando um maior desenvolvimento local.

Para trabalhos futuros a proposta é de realizar um estudo regional considerando as demais instituições financeiras que ofertam o crédito a essas empresas ou ainda realizar um estudo por setor que avalie hipóteses com a finalidade de refutar ou validar as ocorrências do resultado que foram gerados pelas variáveis independentes sob a variável dependente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Victor Leonardo de. *Preferência Pela Liquidez Dos Bancos Públicos No Ciclo De Expansão Do Crédito No Brasil: 2003 – 2010*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

ANUÁRIO DO TRABALHO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – 2012. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/anuario/2012/anuarioSebrae.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. *O acordo de Basileia, 2014^a*. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?BASILEIA>> Acesso em: 26 jul. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. *Relatórios de Estabilidade Financeira dos períodos de 2011, 2012, 2013 e 2014*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relestab>> Acesso em: 22 jul. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. *Composição, 2010*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>> Acesso em: 13 nov. 2014.

BANCO DO BRASIL. *Banco Popular Do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8900,8923,0,0,1,0.bb?codigoMenu=5415&codigoNoticia=8133>>. Acesso em 21 jul. 2014.

BANCO DO NORDESTE. *Programação regional FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – 2015*. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao_FNE2015_Janeiro/d997cda8-a6b5-440c-9dae-592ceb61cf09>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRUSKY, Bonnie e FORTUNA, João Paulo. *Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil – um estudo qualitativo em duas cidades*. BNDES, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. *O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: Oportunidades e Riscos*. Observatório da Economia Global, Textos Avulsos, nº 4. 2010a

CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos Mercados e Política Econômica do Lula*. Política Econômica em foco, nº 7, 2006.

CARNEIRO, Gustavo Dórea. *Desenvolvimento Econômico Regional: O Estado De Sergipe, Desafios e Oportunidades No Mercado De Crédito*. 75 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, São Cristovão. 2010b.

CARTÃO BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/Cartao_BNDES/index.html> Acesso em: 4 mai. 2013.

CARTILHA – CARTÃO DE CRÉDITO. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/cartilha.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2015.

CECATTO, Claurenice Sulzbach. *Micro e Pequenas Empresas: O difícil acesso ao crédito*. 73 f. Trabalho de Conclusão de especialização - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. Em Administração, Rio Grande do Sul. 2007.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *A reestruturação do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005*. Política Econômica em Foco, nº 7, nov. 2005/abr. 2006, 292 – 318. IE/UNICAMP. 2006.

COASE, Hanrry Ronald. *A Natureza da Firma: Significado*. Revista de Direito, Economia, e Organização, vol. 4, N ° 1 (Primavera 1988), pp. 19-32. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765012>> Acesso em: 3 nov. 2008

COASE, Hanrry Ronald. *A Natureza da Firma: Influência*. Revista de Direito, Economia, e Organização, vol. 4, N ° 1 (Primavera 1988), pp. 33-47. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765013>> Acesso em: 3 nov. 2008

COASE, Hanrry Ronald. *A Natureza da Firma: Origem*. Revista de Direito, Economia, e Organização, vol. 4, N ° 1 (Primavera 1988), pp. 3-17. Publicado por: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/765011>> Acesso em: 3 nov. 2008

EHRENBERG, Ronald G; SMITH, Robert S. *A Moderna Economia do Trabalho: teoria e política pública*. 5ª edição, São Paulo: MAKRON Books, 2000.

FERREIRA, F. M. R, MEIRELES, B.B. (organizadores). *Ensaio Sobre A Economia Financeira*, BNDES. Rio de Janeiro, 2009.

FARIAS, Demóstenes Moreira de. *O crédito Oficial e o Emprego uma avaliação quali-quantitativa em micro e pequenas empresas de Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil*, 2011.

GONÇALVES, Thiago C. *O sistema financeiro brasileiro: evolução do crédito no Brasil pós-Plano Real*. Monografia de Conclusão de Curso. Ciências Econômicas. Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2007.

GOIS, de F. Francisco e SANTOS, Arnaldo. *Microcrédito e desenvolvimento regional/ Fundação Paulo Bonavides*. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premium, 2011.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2ª Tiragem. 2006

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Brasil em Desenvolvimento 2010, Estado, Planejamento e Políticas Públicas, Volume 1*.

IBGE. Pesquisa anual da industria da construção – PAIC. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/conceito.shtm>>
Acesso em: 17mar. 2015.

LEAL, Rodrigo Mendes.; PAULA, Luiz Fernando de. *Custo Do Crédito No Brasil: Uma Avaliação Recente*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 91-102, set. 2006.

LEITE, Helio de Paula. *Introdução à administração financeira*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. *Administração de Pequenas Empresas*. São Paulo : Makron Books, 1997.

LLORENS, F. A. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 12 p.

LUNDBERG, Eduardo Luis. *Os Bancos Oficiais e Crédito Direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?*. Trabalhos para discussão 258. Banco Central do Brasil. 2011. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2015

MALHOTRA, Naresh. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 3. Ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

MARTINEZ, Luiz Frutuoso; FERREIRA, Aristides Isidoro. *Análise de dados com SPSS – Primeiros Passos*. Escolar Editora, 2007.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE – Superintendência de Estudos e Pesquisas. *PIB – Produto Interno Bruto , 2002-2012*. Disponível em:
<<http://www.observatorio.se.gov.br/tabelas.html>> Acesso em: 17 mar. 2015.

OLIVEIRA, O. V. de; FORTE, S. H. A. C. *A Indústria Bancária Brasileira: construindo cenários prospectivos e identificando as estratégias de utilização mais provável*. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*. Portugal, v. 8, n.2, abr./jun. 2009.

OLIVEIRA, O. V. de; FORTE, Sergio H. A. Cavalcante. *O Relacionamento das MPE da Região Nordeste com os Bancos Brasileiros*; XVI SemeAD, Fortaleza, 2013.

ORTOLANI, Edna Mendes. *Operações de crédito no mercado financeiro: modalidades, aspectos legais e negociais, matemática financeira aplicada, esquemas gráficos, riscos associados a produtos, operacionalização*. São Paulo: Atlas, 2000.

PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de; RAMALHO, Ronichélida Xavier. *Constituição e extinção de microempresas em Juazeiro do Norte – CE*. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.

PROGRAMA BNDES DE MICROCRÉDITO. *BNDES Microcrédito*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/index.html> Acesso em 4 jul. 2013.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. *Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois, 1883-1950. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*; introdução de Rubens Vaz da Costa; tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECURATO, José Roberto. *Crédito – Análise e Avaliação do Risco – Pessoas Físicas e Jurídicas*. São Paulo: Saint Paul, 2002.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Critérios e conceitos para a classificação da empresa, 2012*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>> Acesso em: 5 jul. 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/RS. *Passo a passo para obter crédito, 2012*. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/passo-a-passo-para-obter-credito>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SILVA, José Pereira da. *Gestão e análise de risco de crédito*. 3. Ed. – São Paulo : Atlas, 2000.

SOBRAL, Filipe e PECCI Alketa. *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa; *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TOMISLAV, R. Femenick. *Alavancagem operacional, financeira e combinada*. Disponível em: <<http://www.tomislav.com.br/alavancagem-operacional-financeira-e-combinada/>>. Acesso em 16 jul. 2014.

VENTURA, Osvaldo de Sousa. *Mapa da Inclusão Financeira no Estado de Sergipe*. 122f. Dissertação Mestrado – Universidade Federal de Sergipe. Em Desenvolvimento Regional e Gestão De Empreendimentos Locais, São Cristóvão - SE. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabelas agricultura 2009 a 2012

AGRICULTURA/2009					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	9	R\$ -	875,98	R\$ 465,33	354
SE-AQUIDABA	63	R\$ 85.855,00	16546,55	R\$ 525,09	2.166
SE-ARACAJU	1.739	R\$ -	5849,34	R\$ 1.844,98	73.054
SE-ARAUÁ	127	R\$ 41.303,98	18641,83	R\$ 512,73	4.655
SE-AREIA BRANCA	114	R\$ 12.740,00	18119,08	R\$ 619,70	4.051
SE-BARRA DOS COQUEIROS	38	R\$ -	4340,14	R\$ 528,49	1.295
SE-BOQUIM	259	R\$ 14.326,50	15998,29	R\$ 499,19	10.070
SE-BREJO GRANDE	6	R\$ -	7528,98	R\$ 496,83	267
SE-CAMPO DO BRITO	54	R\$ 459.000,00	6428,86	R\$ 506,88	2.070
SE-CANHOPA	18	R\$ -	3223,18	R\$ 460,20	640
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	37	R\$ 27.174,70	23422,83	R\$ 474,58	1.289
SE-CAPELA	2.200	R\$ 105.000,00	32447,52	R\$ 622,91	73.440
SE-CARIRA	136	R\$ -	36848,81	R\$ 546,35	5.034
SE-CARMOPOLIS	21	R\$ -	3552,31	R\$ 665,46	758
SE-CEDRO DE SAO JOAO	11	R\$ -	2525,29	R\$ 467,49	362
SE-CRISTINAPOLIS	170	R\$ -	17839,43	R\$ 534,48	5.934
SE-CUMBE	15	R\$ -	5194,50	R\$ 465,49	534
SE-DIVINA PASTORA	60	R\$ -	2498,26	R\$ 477,19	2.294
SE-ESTANCIA	265	R\$ 369.188,84	38233,08	R\$ 504,39	9.744
SE-FEIRA NOVA	20	R\$ -	9128,39	R\$ 493,33	780
SE-FREI PAULO	103	R\$ -	18433,88	R\$ 491,13	3.954
SE-GARARU	7	R\$ 65.739,00	18474,08	R\$ 537,07	309
SE-GENERAL MA YNARD	7	R\$ 148.480,00	517,44	R\$ 523,47	318
SE-GRACHO CARDOSO	10	R\$ -	9085,06	R\$ 684,19	366
SE-ILHA DAS FLORES	0	R\$ -	4317,74	R\$ 500,86	0
SE-INDIAROA	98	R\$ 19.570,00	20055,09	R\$ 506,10	3.553
SE-ITABAIANA	203	R\$ -	33244,52	R\$ 453,58	7.206
SE-ITABAIA NINHA	67	R\$ 62.694,80	24664,78	R\$ 480,16	2.573
SE-ITABI	2	R\$ 70.348,50	6512,07	R\$ 559,65	66
SE-ITAPORANGA D AJUDA	509	R\$ 105.740,00	21455,50	R\$ 498,42	17.863
SE-JAPARATUBA	99	R\$ 357.798,78	17067,19	R\$ 633,60	3.668
SE-JAPOATA	405	R\$ 256.903,69	22055,58	R\$ 494,61	14.094
SE-LAGARTO	303	R\$ -	77943,85	R\$ 546,86	10.684
SE-LARANJEIRAS	933	R\$ 195.390,00	13198,46	R\$ 538,20	32.943
SE-MACAMBIRA	19	R\$ -	3318,36	R\$ 477,12	771
SE-MALHADA DOS BOIS	9	R\$ -	1763,42	R\$ 489,66	342
SE-MALHADOR	15	R\$ 46.785,68	6974,22	R\$ 516,34	602
SE-MARUM	777	R\$ 35.840,00	7941,76	R\$ 485,19	26.415
SE-MOITA BONITA	5	R\$ -	5861,76	R\$ 494,33	192
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	R\$ -	15239,93	R\$ 451,00	127
SE-MURIBECA	30	R\$ 250.469,80	3336,72	R\$ 548,00	1.101
SE-NEOPOLIS	407	R\$ -	17300,83	R\$ 495,62	13.506
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	15	R\$ -	13121,99	R\$ 451,31	510
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	53	R\$ 172.565,50	38742,76	R\$ 543,02	1.817
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	100	R\$ 169.577,40	18535,87	R\$ 489,90	3.854
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	2	R\$ 259.200,00	5989,18	R\$ 580,61	52
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	179	R\$ -	4850,90	R\$ 479,80	6.711
SE-PACATUBA	20	R\$ -	17803,99	R\$ 482,43	788
SE-PEDRA MOLE	16	R\$ -	3243,26	R\$ 467,33	659
SE-PEDRINHAS	22	R\$ -	4911,09	R\$ 500,41	803
SE-PINHAO	24	R\$ 15.309,00	7916,15	R\$ 468,46	938
SE-PIRAMBU	17	R\$ -	4506,19	R\$ 492,73	635
SE-POCO REDONDO	5	R\$ 30.508,60	29682,88	R\$ 422,56	214
SE-POCO VERDE	5	R\$ 77.976,70	12955,88	R\$ 482,48	214
SE-PORTO DA FOLHA	24	R\$ 140.350,00	31658,55	R\$ 571,33	843
SE-PRÓPRIA	74	R\$ -	8744,41	R\$ 487,09	2.892
SE-RIACHÃO DO DANTAS	87	R\$ 103.530,00	22374,82	R\$ 490,28	3.321
SE-RIACHUELO	111	R\$ -	5881,91	R\$ 486,21	4.009
SE-RIBEIROPOLIS	36	R\$ 96.315,00	8183,62	R\$ 548,89	1.267
SE-ROSÁRIO DO CATETE	50	R\$ -	3725,90	R\$ 556,91	1.881
SE-SALGADO	132	R\$ 16.259,20	15291,00	R\$ 547,62	4.776
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	112	R\$ 178.425,00	26487,01	R\$ 494,81	3.975
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	64	R\$ -	3852,56	R\$ 482,71	2.126
SE-SANTA ROSA DE LIMA	43	R\$ -	5196,43	R\$ 478,36	1.578
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	71	R\$ 213.725,10	9022,60	R\$ 562,44	2.617
SE-SAO CRISTOVAO	1.169	R\$ 4.884,20	21513,57	R\$ 466,33	39.262
SE-SAO DOMINGOS	3	R\$ -	5584,45	R\$ 505,85	92
SE-SAO FRANCISCO	12	R\$ -	2928,02	R\$ 498,91	419
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	12	R\$ -	4592,28	R\$ 537,90	501
SE-SIMÃO DIAS	219	R\$ 88.721,00	41891,11	R\$ 541,81	7.484
SE-SIRIRI	36	R\$ -	6839,80	R\$ 563,25	1.329
SE-TELHA	64	R\$ 115.411,50	2371,84	R\$ 530,94	2.181
SE-TOBIAS BARRETO	71	R\$ 17.288,50	13930,65	R\$ 425,97	2.146
SE-TOMAR DO GERU	13	R\$ -	12577,65	R\$ 497,21	463
SE-UMBAUBA	63	R\$ 4.220,00	12458,96	R\$ 736,88	2.267

AGRICULTURA/2010					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	9 R\$	-	833,38	R\$ 518,03	395
SE-AQUIDABA	77 R\$	34.725,50	15137,65	R\$ 579,64	2.634
SE-ARACAJU	1.700 R\$	-	6182,71	R\$ 1.903,47	71.393
SE-ARAUÁ	119 R\$	-	13019,57	R\$ 547,78	4.344
SE-AREIA BRANCA	107 R\$	-	13133,40	R\$ 685,54	3.871
SE-BARRA DOS COQUEIROS	66 R\$	-	4608,00	R\$ 601,55	2.156
SE-BOQUIM	252 R\$	170.979,00	9927,46	R\$ 547,69	9.890
SE-BREJO GRANDE	5 R\$	-	6468,73	R\$ 545,89	210
SE-CAMPO DO BRITO	69 R\$	70.009,98	5439,68	R\$ 543,07	2.561
SE-CÂNHOBA	21 R\$	140.550,00	3265,48	R\$ 518,36	773
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	33 R\$	92.384,51	22438,64	R\$ 523,17	1.173
SE-CAPELA	2.675 R\$	6.174,00	45346,30	R\$ 754,14	89.213
SE-CARIRA	128 R\$	4.500,00	54461,27	R\$ 589,65	4.858
SE-CARMOPOLIS	20 R\$	-	3548,64	R\$ 776,86	735
SE-CEDRO DE SAO JOAO	7 R\$	-	2704,83	R\$ 518,09	240
SE-CRISTINAPOLIS	209 R\$	-	12576,48	R\$ 584,34	7.461
SE-CUMBE	24 R\$	42.729,00	4917,18	R\$ 502,70	940
SE-DIVINA PASTORA	54 R\$	151.965,30	2585,66	R\$ 526,94	2.089
SE-ESTANCIA	283 R\$	65.471,00	28022,94	R\$ 558,72	10.688
SE-FEIRA NOVA	34 R\$	-	8805,50	R\$ 534,83	1.215
SE-FREI PAULO	94 R\$	151.689,70	23334,00	R\$ 528,45	3.740
SE-GARARU	6 R\$	94.025,50	18091,73	R\$ 570,71	277
SE-GENERAL MAYNARD	8 R\$	97.200,00	481,66	R\$ 580,56	368
SE-GRAÇO CARDOSO	14 R\$	-	8668,03	R\$ 598,78	489
SE-ILHA DAS FLORES	0 R\$	-	5903,25	R\$ 556,11	0
SE-INDIAROBÁ	103 R\$	188.972,21	16539,22	R\$ 581,11	3.753
SE-ITABAIANA	244 R\$	408.345,39	25964,87	R\$ 529,53	8.711
SE-ITABAIANINHA	136 R\$	61.829,80	16737,11	R\$ 510,00	4.810
SE-ITABI	2 R\$	112.006,00	6483,28	R\$ 598,81	64
SE-ITAPORANGA D AJUDA	564 R\$	569.489,81	17579,95	R\$ 552,37	20.225
SE-JAPARATUBA	108 R\$	360.000,00	21608,23	R\$ 595,26	3.830
SE-JAPOATA	868 R\$	30.204,90	22270,75	R\$ 557,73	28.829
SE-LAGARTO	315 R\$	90.528,00	51362,45	R\$ 627,77	11.386
SE-LARANJEIRAS	1.117 R\$	91.859,90	18814,00	R\$ 613,29	39.126
SE-MACAMBIRA	22 R\$	23.212,00	3661,50	R\$ 547,54	816
SE-MALHADA DOS BOIS	7 R\$	-	1613,84	R\$ 533,75	282
SE-MALHADOR	17 R\$	-	5823,79	R\$ 557,26	673
SE-MARUIM	824 R\$	-	8603,91	R\$ 525,90	28.504
SE-MOITA BONITA	6 R\$	40.180,00	5035,00	R\$ 555,14	233
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	3 R\$	28.060,00	15516,83	R\$ 509,23	126
SE-MURIBECA	35 R\$	96.000,00	3780,93	R\$ 588,11	1.273
SE-NEOPOLIS	444 R\$	165.121,90	19115,21	R\$ 563,20	14.699
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	18 R\$	-	14806,35	R\$ 510,69	642
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	46 R\$	171.695,00	37879,49	R\$ 603,12	1.691
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	96 R\$	145.710,10	21145,13	R\$ 510,00	3.763
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	4 R\$	-	5759,80	R\$ 635,27	122
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	175 R\$	-	4866,33	R\$ 533,11	6.742
SE-PACATUBA	19 R\$	-	18398,75	R\$ 543,19	693
SE-PEDRA MOLE	15 R\$	-	4201,94	R\$ 498,61	635
SE-PEDRINHAS	23 R\$	-	3026,87	R\$ 548,78	835
SE-PINHÃO	20 R\$	11.369,00	10306,64	R\$ 503,14	739
SE-PIRAMBU	17 R\$	-	4610,83	R\$ 550,23	564
SE-POCO REDONDO	3 R\$	114.502,00	29127,98	R\$ 519,44	139
SE-POCO VERDE	6 R\$	17.844,00	14432,69	R\$ 540,65	245
SE-PORTO DA FOLHA	26 R\$	19.270,00	30250,74	R\$ 608,59	925
SE-PRÓPRIA	74 R\$	-	9691,75	R\$ 529,57	2.870
SE-RIACHÃO DO DANTAS	107 R\$	37.496,00	15793,70	R\$ 560,33	4.067
SE-RIACHUELO	113 R\$	-	6577,16	R\$ 564,61	4.067
SE-RIBEIROPOLIS	29 R\$	164.466,80	7775,77	R\$ 578,95	1.086
SE-ROSÁRIO DO CATETE	41 R\$	229.845,00	4567,11	R\$ 631,32	1.649
SE-SALGADO	137 R\$	-	12770,89	R\$ 606,46	4.952
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	148 R\$	246.738,00	22416,60	R\$ 579,45	5.062
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	47 R\$	-	3803,93	R\$ 526,25	1.645
SE-SANTA ROSA DE LIMA	42 R\$	-	4882,49	R\$ 529,01	1.514
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	67 R\$	235.645,80	9332,92	R\$ 651,12	2.303
SE-SAO CRISTOVAO	1.166 R\$	77.875,75	17956,04	R\$ 524,16	39.512
SE-SAO DOMINGOS	3 R\$	17.229,73	3747,95	R\$ 618,51	95
SE-SAO FRANCISCO	11 R\$	-	3441,18	R\$ 551,14	416
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	9 R\$	-	5382,22	R\$ 592,23	384
SE-SIMÃO DIAS	214 R\$	696.171,40	33631,42	R\$ 576,64	7.260
SE-SIRIRI	28 R\$	-	8532,51	R\$ 601,86	1.121
SE-TELHA	51 R\$	-	2685,45	R\$ 565,09	1.829
SE-TOBIAS BARRETO	81 R\$	261.380,00	12645,20	R\$ 537,76	2.398
SE-TOMAR DO GERU	10 R\$	17.256,25	8971,88	R\$ 547,16	352
SE-UMBAUBA	55 R\$	13.773,00	8656,72	R\$ 785,55	1.907

AGRICULTURA/2011						
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR	
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	4	-	998,13	R\$ 570,85		189
SE-AQUIDABA	76	-	15413,95	R\$ 618,96		2.630
SE-ARACAJU	920	-	5853,11	R\$ 711,38		33.217
SE-ARAUÁ	140	-	8653,50	R\$ 595,84		5.151
SE-AREIA BRANCA	108	-	11696,13	R\$ 705,43		3.850
SE-BARRA DOS COQUEIROS	37	-	3792,79	R\$ 677,22		1.278
SE-BOQUIM	267	-	5689,23	R\$ 586,14		10.595
SE-BREJO GRANDE	3	-	5935,71	R\$ 549,21		116
SE-CAMPO DO BRITO	67	R\$ 1.417.500,00	4677,64	R\$ 621,08		2.385
SE-CÂNHOBA	15	-	4020,09	R\$ 564,09		600
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	39	R\$ 199.364,78	19382,20	R\$ 554,26		1.368
SE-CAPELA	3.426	-	38277,94	R\$ 981,89		113.930
SE-CARIRA	106	-	34680,80	R\$ 626,14		4.069
SE-CARMOPOLIS	24	-	2981,29	R\$ 844,88		861
SE-CEDRO DE SAO JOAO	7	-	2167,63	R\$ 575,85		245
SE-CRISTINAPOLIS	206	-	7111,33	R\$ 618,27		7.328
SE-CUMBE	24	-	4357,67	R\$ 567,99		892
SE-DIVINA PASTORA	55	-	2280,73	R\$ 593,68		2.108
SE-ESTANCIA	303	R\$ 70.002,00	24184,41	R\$ 595,70		11.094
SE-FEIRA NOVA	32	R\$ 300.904,20	7875,45	R\$ 581,54		1.114
SE-FREI PAULO	122	R\$ 270.255,00	14788,84	R\$ 610,19		4.639
SE-GARARU	6	-	15500,59	R\$ 628,65		274
SE-GENERAL MAYNARD	9	R\$ 178.200,00	481,74	R\$ 594,90		355
SE-GRAÇO CARDOSO	15	-	7404,16	R\$ 653,82		534
SE-ILHA DAS FLORES	0	-	3879,32	R\$ 610,09		0
SE-INDIAROBÁ	72	R\$ 111.937,35	12170,51	R\$ 605,76		2.694
SE-ITABAIANA	209	-	21008,06	R\$ 580,76		7.386
SE-ITABAIANINHA	87	R\$ 121.714,29	10926,78	R\$ 590,13		3.347
SE-ITABI	3	-	5768,28	R\$ 648,07		99
SE-ITAPORANGA D AJUDA	641	-	18776,83	R\$ 598,62		22.812
SE-JAPARATUBA	112	-	22124,57	R\$ 664,26		4.083
SE-JAPOATA	876	-	21355,27	R\$ 611,01		28.951
SE-LAGARTO	379	R\$ 10.500,00	43490,64	R\$ 737,29		13.692
SE-LARANJEIRAS	1.141	-	15792,40	R\$ 646,98		40.754
SE-MACAMBIRA	29	-	3888,14	R\$ 602,80		1.078
SE-MALHADA DOS BOIS	10	-	1576,31	R\$ 554,97		366
SE-MALHADOR	18	-	4803,80	R\$ 707,61		727
SE-MARUIM	820	-	8200,14	R\$ 580,01		28.126
SE-MOITA BONITA	6	-	4618,45	R\$ 575,41		239
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	-	12005,15	R\$ 550,42		158
SE-MURIBECA	36	-	3913,02	R\$ 620,82		1.319
SE-NEOPOLIS	471	-	16985,55	R\$ 633,56		15.605
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	17	-	9475,99	R\$ 560,15		550
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	46	-	30647,59	R\$ 634,76		1.693
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	90	-	19932,43	R\$ 553,76		3.421
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	5	-	5290,79	R\$ 743,54		148
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	61	-	4580,41	R\$ 565,38		2.365
SE-PACATUBA	18	-	19928,85	R\$ 555,87		702
SE-PEDRA MOLE	17	-	2710,47	R\$ 560,37		701
SE-PEDRINHAS	29	-	1928,70	R\$ 568,51		966
SE-PINHAO	19	-	6162,87	R\$ 583,19		695
SE-PIRAMBU	23	-	4658,41	R\$ 686,49		821
SE-POCO REDONDO	9	-	24195,67	R\$ 555,32		312
SE-POCO VERDE	6	-	8788,75	R\$ 593,79		251
SE-PORTO DA FOLHA	26	R\$ 33.500,00	24646,63	R\$ 647,78		922
SE-PRÓPRIA	77	R\$ 120.000,00	7136,98	R\$ 564,79		2.950
SE-RIACHÃO DO DANTAS	102	-	12073,10	R\$ 600,88		3.946
SE-RIACHUELO	160	-	6082,51	R\$ 582,62		5.983
SE-RIBEIROPOLIS	39	-	6963,75	R\$ 590,30		1.416
SE-ROSÁRIO DO CATETE	46	-	8466,36	R\$ 661,04		1.887
SE-SALGADO	149	-	7489,97	R\$ 646,22		5.378
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	129	-	17175,44	R\$ 618,09		4.612
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	44	-	3715,42	R\$ 563,07		1.583
SE-SANTA ROSA DE LIMA	57	-	3895,60	R\$ 571,53		2.138
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	67	R\$ 130.999,80	8608,60	R\$ 731,27		2.227
SE-SAO CRISTOVAO	1.305	-	17726,07	R\$ 558,88		44.144
SE-SAO DOMINGOS	1	-	2954,94	R\$ 607,05		35
SE-SAO FRANCISCO	12	-	3351,44	R\$ 703,06		451
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	16	-	2917,68	R\$ 646,09		621
SE-SIMÃO DIAS	234	-	42869,70	R\$ 608,43		7.938
SE-SIRIRI	32	-	8162,09	R\$ 682,63		1.240
SE-TELHA	26	-	1749,67	R\$ 633,86		917
SE-TOBIAS BARRETO	67	R\$ 191.646,00	12552,11	R\$ 555,55		2.284
SE-TOMAR DO GERU	15	-	5877,95	R\$ 578,38		541
SE-UMBAUBA	97	-	5165,86	R\$ 741,84		3.521

AGRICULTURA/2012					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	3	-	1230,33	R\$ 626,60	132
SE-AQUIDABA	49	R\$ 41.500,00	19348,61	R\$ 698,93	1.829
SE-ARACAJU	829	-	5976,29	R\$ 804,56	30.415
SE-ARAUÁ	158	R\$ 198.000,00	10047,03	R\$ 655,44	5.935
SE-AREIA BRANCA	108	-	23533,12	R\$ 781,17	3.728
SE-BARRA DOS COQUEIROS	42	-	3764,82	R\$ 783,01	1.544
SE-BOQUIM	302	R\$ 126.500,00	6836,71	R\$ 651,96	11.646
SE-BREJO GRANDE	3	-	7349,09	R\$ 609,00	113
SE-CAMPO DO BRITO	73	-	7578,06	R\$ 709,71	2.685
SE-CÂNHOBA	13	-	5400,75	R\$ 670,95	473
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	46	-	24720,01	R\$ 657,74	1.601
SE-CAPELA	3.022	-	38836,31	R\$ 968,88	102.581
SE-CARIRA	107	R\$ 55.000,00	16589,29	R\$ 727,97	4.030
SE-CARMOPOLIS	15	-	3155,45	R\$ 1.063,04	614
SE-CEDRO DE SAO JOAO	7	-	3083,74	R\$ 679,73	268
SE-CRISTINAPOLIS	279	-	8747,16	R\$ 698,58	9.866
SE-CUMBE	27	R\$ 849.433,00	6169,11	R\$ 706,22	1.067
SE-DIVINA PASTORA	26	R\$ 154.000,00	2604,01	R\$ 672,76	978
SE-ESTANCIA	272	R\$ 606.410,00	29640,86	R\$ 669,48	10.396
SE-FEIRA NOVA	44	-	9639,94	R\$ 650,53	1.612
SE-FREI PAULO	100	R\$ 200.350,00	17283,24	R\$ 668,10	3.853
SE-GARARU	5	R\$ 49.865,00	17701,61	R\$ 734,30	241
SE-GENERAL MAYNARD	8	R\$ 315.312,00	596,59	R\$ 693,79	287
SE-GRACHO CARDOSO	13	-	8811,96	R\$ 673,61	466
SE-ILHA DAS FLORES	0	-	4893,37	R\$ 664,20	0
SE-INDIAROA	91	-	15194,03	R\$ 699,18	3.481
SE-ITABAIANA	226	R\$ 534.604,46	36463,38	R\$ 648,33	8.170
SE-ITABAIANINHA	91	-	14407,46	R\$ 684,20	3.607
SE-ITABI	2	-	6654,42	R\$ 766,02	70
SE-ITAPORANGA D AJUDA	524	R\$ 655.858,00	25165,96	R\$ 683,45	19.202
SE-JAPARATUBA	111	R\$ 141.105,65	29323,22	R\$ 791,46	4.070
SE-JAPOATA	615	-	22598,10	R\$ 700,67	20.873
SE-LAGARTO	388	-	75915,91	R\$ 866,56	13.937
SE-LARANJEIRAS	1.134	-	20526,21	R\$ 718,61	41.324
SE-MACAMBIRA	23	-	4389,76	R\$ 721,63	832
SE-MALHADA DOS BOIS	5	-	1992,04	R\$ 648,27	192
SE-MALHADOR	15	-	8303,18	R\$ 852,74	585
SE-MARUM	829	R\$ 508.315,50	9206,07	R\$ 683,87	28.907
SE-MOITA BONITA	7	-	9229,03	R\$ 653,34	293
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	7	-	13314,46	R\$ 623,33	259
SE-MURIBECA	29	-	5050,71	R\$ 740,69	1.095
SE-NEOPOLIS	439	-	25699,78	R\$ 762,38	14.986
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	16	-	9430,88	R\$ 766,47	605
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	60	-	35796,19	R\$ 682,56	2.178
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	102	R\$ 62.235,00	24063,32	R\$ 637,20	3.815
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	5	-	6206,53	R\$ 833,39	156
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	62	-	5055,71	R\$ 651,10	2.356
SE-PACATUBA	30	-	19007,02	R\$ 698,02	1.136
SE-PEDRA MOLE	4	-	2379,44	R\$ 550,69	176
SE-PEDRINHAS	26	-	2190,64	R\$ 678,82	941
SE-PINHAO	19	-	4276,30	R\$ 645,54	727
SE-PIRAMBU	23	-	4937,92	R\$ 759,92	856
SE-POCO REDONDO	5	-	28816,95	R\$ 710,35	235
SE-POCO VERDE	9	R\$ 14.824,00	7906,73	R\$ 708,32	386
SE-PORTO DA FOLHA	22	-	27796,27	R\$ 722,83	801
SE-PRÓPRIA	89	-	9777,37	R\$ 648,11	3.316
SE-RIACHÃO DO DANTAS	114	-	16585,55	R\$ 679,86	4.434
SE-RIACHUELO	162	R\$ 299.520,00	7371,05	R\$ 632,08	5.968
SE-RIBEIROPOLIS	40	R\$ 35.000,00	9799,70	R\$ 668,11	1.442
SE-ROSÁRIO DO CATETE	51	R\$ 154.038,00	10142,27	R\$ 774,23	2.011
SE-SALGADO	163	R\$ 150.765,00	10387,37	R\$ 1.358,61	6.024
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	126	-	20566,88	R\$ 771,44	4.517
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	30	-	4105,95	R\$ 645,60	1.190
SE-SANTA ROSA DE LIMA	48	R\$ 2.069.053,20	4615,28	R\$ 679,32	1.700
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	58	-	9066,40	R\$ 866,74	2.096
SE-SAO CRISTOVAO	1.300	R\$ 363.462,00	26006,99	R\$ 672,51	43.298
SE-SAO DOMINGOS	7	-	4517,03	R\$ 780,87	232
SE-SAO FRANCISCO	8	-	2525,37	R\$ 682,16	266
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	17	-	3877,17	R\$ 754,18	647
SE-SIMÃO DIAS	215	-	66032,72	R\$ 694,48	7.402
SE-SIRIRI	29	-	10212,96	R\$ 733,60	1.117
SE-TELHA	32	-	2502,21	R\$ 703,26	1.214
SE-TOBIAS BARRETO	47	-	17034,71	R\$ 619,95	1.732
SE-TOMAR DO GERU	19	-	7136,25	R\$ 659,35	616
SE-UMBAUBA	116	-	6523,81	R\$ 821,97	4.175

APÊNDICE B – Tabelas Indústria 2009 a 2012

INDÚSTRIA/2009					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	0	-	1.635,49	R\$ 3.048,87	197
SE-AQUIDABA	63	-	9.173,69	R\$ 515,95	1936
SE-ARACAJU	10780	R\$ 21.074.760,19	1.194.433,04	R\$ 1.881,63	597056
SE-ARAUÁ	33	-	6.071,19	R\$ 1.041,78	1371
SE-AREIA BRANCA	45	-	8.491,37	R\$ 1.007,37	1659
SE-BARRA DOS COQUEIROS	239	R\$ 119.543,65	62.560,99	R\$ 1.287,90	7788
SE-BOQUIM	123	-	15.222,99	R\$ 742,19	4496
SE-BREJO GRANDE	0	-	5.569,15	R\$ 653,56	0
SE-CAMPO DO BRITO	109	R\$ 144.050,00	12.817,23	R\$ 2.419,58	3612
SE-CANHOPA	0	-	2.150,77	R\$ 5.369,48	227
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	5	R\$ 147.000,00	762.432,04	R\$ 922,88	3976
SE-CAPELA	308	R\$ 155.249,50	173.413,25	R\$ 592,70	12057
SE-CARIRA	534	R\$ 195.593,89	14.623,20	R\$ 1.087,90	14127
SE-CARMOPOLIS	122	-	189.042,79	R\$ 540,28	7396
SE-CEDRO DE SAO JOAO	35	-	2.408,90	R\$ 1.102,44	1285
SE-CRISTINAPOLIS	17	-	5.454,57	R\$ 4.337,71	881
SE-CUMBE	0	-	1.369,08	R\$ 732,97	148
SE-DIVINA PASTORA	0	-	59.838,72	R\$ 1.122,60	879
SE-ESTANCIA	2300	R\$ 54.845,00	274.479,96	R\$ 3.346,29	93997
SE-FEIRA NOVA	2	-	2.167,41	R\$ 604,91	224
SE-FREI PAULO	2034	R\$ 245.000,00	64.073,57	R\$ 1.297,00	57937
SE-GARARU	1	-	3.765,01	R\$ 2.362,59	130
SE-GENERAL MAYNARD	0	-	1.662,79	R\$ 2.910,56	625
SE-GRACHO CARDOSO	0	-	2.068,53	R\$ 1.747,32	343
SE-ILHA DAS FLORES	6	-	3.356,94	R\$ 1.377,00	386
SE-INDIAIROBA	4	-	5.759,55	R\$ 647,79	451
SE-ITABAIANA	2156	R\$ 4.694.256,86	67.855,91	R\$ 582,26	72127
SE-ITABAIANINHA	870	R\$ 359.850,00	20.466,69	R\$ 3.896,48	28351
SE-ITABI	1	R\$ 40.000,00	3.242,25	R\$ 873,19	610
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1565	R\$ 15.000,00	190.939,17	R\$ 7.829,52	48634
SE-JAPARATUBA	6	-	153.385,42	R\$ 1.485,19	43902
SE-JAPOATA	121	-	9.701,95	R\$ 669,16	4560
SE-LAGARTO	1998	R\$ 821.145,52	99.623,70	R\$ 3.111,17	65248
SE-LARANJEIRAS	1780	-	334.884,84	R\$ 573,76	67263
SE-MACAMBIRA	24	-	2.434,67	R\$ 507,44	739
SE-MALHADA DOS BOIS	14	R\$ 50.000,00	1.671,72	R\$ 3.915,46	434
SE-MALHADOR	0	-	4.518,72	R\$ 1.848,29	413
SE-MARUIM	151	-	57.488,48	R\$ 1.666,03	14463
SE-MOITA BONITA	6	R\$ 5.000,00	3.972,50	R\$ 2.687,87	315
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	0	-	5.533,73	R\$ 10.258,54	302
SE-MURIBECA	6	-	6.428,36	R\$ 789,16	232
SE-NEOPOLIS	456	R\$ 50.000,00	22.699,28	R\$ 2.949,31	16968
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	0	-	4.493,28	R\$ 829,92	277
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	401	R\$ 329.100,00	44.160,38	R\$ 721,70	12840
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	1953	R\$ 139.971,00	19.778,87	R\$ 2.564,16	63918
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	0	-	2.694,95	R\$ 1.418,59	71
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3079	R\$ 999.950,00	243.113,72	R\$ 1.723,80	112578
SE-PACATUBA	0	-	43.027,97	R\$ 550,60	2944
SE-PEDRA MOLE	0	-	1.206,62	R\$ 3.600,47	32
SE-PEDRINHAS	0	-	2.952,03	R\$ 549,01	239
SE-PINHAO	3	-	2.387,16	R\$ 940,04	74
SE-PIRAMBU	11	-	8.034,15	R\$ 1.044,39	606
SE-POCO REDONDO	0	-	9.165,88	R\$ 982,95	182
SE-POCO VERDE	13	-	7.361,97	R\$ 1.310,23	569
SE-PORTO DA FOLHA	38	R\$ 96.277,36	12.378,30	R\$ 733,04	2590
SE-PRÓPRIA	512	R\$ 366.283,02	51.178,68	R\$ 969,74	17434
SE-RIACHAO DO DANTAS	12	-	5.897,79	R\$ 705,57	545
SE-RIACHUELO	642	-	41.036,98	R\$ 555,04	19598
SE-RIBEIROPOLIS	552	R\$ 81.178,74	26.530,96	R\$ 2.428,68	15289
SE-ROSARIO DO CATETE	305	-	320.189,19	R\$ 2.409,41	38143
SE-SALGADO	8	-	7.827,51	R\$ 487,50	531
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	2	R\$ 32.640,60	4.281,82	R\$ 488,02	41
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	43	-	1.848,24	R\$ 1.300,82	1429
SE-SANTA ROSA DE LIMA	2	-	2.341,56	R\$ 1.257,71	134
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	0	-	10.455,01	R\$ 842,14	231
SE-SAO CRISTOVAO	790	R\$ 3.470.233,00	93.809,00	R\$ 778,61	29212
SE-SAO DOMINGOS	83	R\$ 22.085,00	6.063,61	R\$ 1.166,29	3001
SE-SAO FRANCISCO	7	-	1.308,56	R\$ 1.340,96	228
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	0	-	3.775,78	R\$ 566,57	45
SE-SIMAO DIAS	1012	-	31.452,94	R\$ 574,83	31160
SE-SIRIRI	138	-	37.807,35	R\$ 636,36	4795
SE-TELHA	34	R\$ 75.000,00	1.409,77	R\$ 570,63	1246
SE-TOBIAS BARRETO	584	R\$ 264.614,00	31.977,81	R\$ 601,23	18517
SE-TOMAR DO GERU	15	-	4.411,20	R\$ 637,67	581
SE-UMBAUBA	200	-	9.795,47	R\$ 1.522,09	6335

INDÚSTRIA/2010					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	0	-	1.862,21	R\$ 3.438,99	201
SE-AQUIDABA	70	-	10.145,22	R\$ 556,53	2042
SE-ARACAJU	11438	R\$ 23.005.790,85	1.431.365,44	R\$ 1.969,43	615223
SE-ARAUÁ	41	-	6.072,78	R\$ 1.056,62	1743
SE-AREIA BRANCA	0	R\$ 260.024,00	9.854,57	R\$ 3.888,66	334
SE-BARRA DOS COQUEIROS	268	R\$ 238.100,00	91.293,69	R\$ 1.809,14	8908
SE-BOQUIM	190	R\$ 692.540,50	18.171,16	R\$ 733,43	6638
SE-BREJO GRANDE	0	-	7.807,51	R\$ 690,91	0
SE-CAMPO DO BRITO	161	R\$ 753.476,02	17.682,01	R\$ 2.928,72	5154
SE-CANHOBÁ	0	-	2.525,35	R\$ 5.420,79	232
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	24	-	1.153.045,56	R\$ 1.145,03	4578
SE-CAPELA	438	R\$ 184.110,00	147.063,40	R\$ 728,75	15391
SE-CARIRA	618	-	18.573,32	R\$ 981,23	16661
SE-CARMOPOLIS	221	R\$ 250.500,00	279.345,62	R\$ 600,52	19616
SE-CEDRO DE SAO JOAO	40	-	3.020,99	R\$ 947,82	1479
SE-CRISTINAPOLIS	23	-	9.566,07	R\$ 3.997,63	1051
SE-CUMBE	1	-	1.734,44	R\$ 760,22	158
SE-DIVINA PASTORA	0	-	88.360,13	R\$ 1.295,34	938
SE-ESTANCIA	2271	R\$ 1.264.916,50	362.508,42	R\$ 2.800,93	95491
SE-FEIRA NOVA	4	-	2.445,05	R\$ 744,60	323
SE-FREI PAULO	2480	R\$ 219.444,38	81.056,33	R\$ 1.202,23	66699
SE-GARARU	0	-	4.916,49	R\$ 2.544,58	64
SE-GENERAL MAYNARD	0	-	2.266,19	R\$ 3.063,43	616
SE-GRACHO CARDOSO	0	-	3.713,97	R\$ 3.605,11	285
SE-ILHA DAS FLORES	1	-	3.718,20	R\$ 1.305,50	194
SE-INDIAROBA	8	-	7.623,98	R\$ 711,12	519
SE-ITABAIANA	2398	R\$ 1.950.561,88	86.290,12	R\$ 641,53	79931
SE-ITABAIANINHA	897	R\$ 126.700,00	26.505,95	R\$ 4.740,84	28940
SE-ITABI	0	-	3.347,16	R\$ 1.018,79	586
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1562	R\$ 132.000,00	201.563,73	R\$ 7.870,65	50281
SE-JAPARATUBA	10	-	225.569,82	R\$ 1.575,26	51971
SE-JAPOATA	133	-	10.983,76	R\$ 748,65	5111
SE-LAGARTO	2416	R\$ 513.785,32	104.232,45	R\$ 3.392,02	76878
SE-LARANJEIRAS	1836	R\$ 196.000,00	331.925,88	R\$ 629,30	68779
SE-MACAMBIRA	25	-	3.031,23	R\$ 556,05	805
SE-MALHADA DOS BOIS	26	-	1.880,97	R\$ 4.292,81	857
SE-MALHADOR	0	R\$ 2.826,90	5.515,49	R\$ 2.029,73	393
SE-MARUIM	144	-	57.767,15	R\$ 1.840,10	13539
SE-MOITA BONITA	6	R\$ 136.985,84	4.852,88	R\$ 3.253,22	324
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	0	-	7.008,44	R\$ 2.780,18	308
SE-MURIBECA	17	R\$ 143.500,00	9.695,50	R\$ 897,99	507
SE-NEOPOLIS	468	-	23.689,98	R\$ 666,48	17295
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	209	R\$ 69.173,75	6.326,98	R\$ 889,52	5561
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	487	R\$ 231.234,13	51.603,03	R\$ 819,91	15525
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	2444	R\$ 40.000,00	13.390,74	R\$ 2.561,36	81097
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	0	-	3.258,33	R\$ 1.489,14	73
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3850	R\$ 4.624.004,45	314.976,32	R\$ 1.882,56	137367
SE-PACATUBA	0	-	57.060,63	R\$ 923,75	2947
SE-PEDRA MOLE	0	-	1.408,60	R\$ 3.727,77	33
SE-PEDRINHAS	0	-	3.794,82	R\$ 510,00	244
SE-PINHAO	1	-	3.128,07	R\$ 1.009,92	30
SE-PIRAMBU	11	-	10.079,13	R\$ 1.934,85	559
SE-POCO REDONDO	0	-	12.689,02	R\$ 1.378,53	197
SE-POCO VERDE	9	-	9.942,11	R\$ 1.098,41	420
SE-PORTO DA FOLHA	58	-	15.798,00	R\$ 823,14	3311
SE-PRÓPRIA	509	R\$ 35.780,00	52.554,92	R\$ 1.332,03	17705
SE-RIACHÃO DO DANTAS	7	-	7.318,87	R\$ 842,29	351
SE-RIACHUELO	577	-	49.090,68	R\$ 673,75	18296
SE-RIBEIROPOLIS	877	R\$ 161.468,00	31.539,24	R\$ 2.708,34	24572
SE-ROSARIO DO CATETE	354	-	262.604,44	R\$ 742,28	44597
SE-SALGADO	182	-	10.403,48	R\$ -	5848
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	0	-	6.049,52	R\$ 510,00	0
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	24	R\$ 228.139,19	2.025,46	R\$ 1.734,83	865
SE-SANTA ROSA DE LIMA	1	-	3.224,52	R\$ 1.252,30	98
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	0	-	12.469,28	R\$ 820,07	237
SE-SAO CRISTOVAO	912	R\$ 447.087,05	120.686,19	R\$ 885,42	32937
SE-SAO DOMINGOS	84	R\$ 5.500,00	9.865,32	R\$ 3.579,00	3083
SE-SAO FRANCISCO	0	-	1.606,01	R\$ 846,04	0
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	4	-	3.345,98	R\$ 593,85	186
SE-SIMÃO DIAS	1477	-	42.111,23	R\$ 626,09	42763
SE-SIRIRI	168	-	55.267,37	R\$ 1.024,67	5830
SE-TELHA	45	-	1.768,06	R\$ 611,63	1604
SE-TOBIAS BARRETO	674	R\$ 871.031,05	38.225,78	R\$ 806,84	20673
SE-TOMAR DO GERU	23	-	7.251,91	R\$ 642,38	1163
SE-UMBAUBA	255	-	13.475,38	R\$ 1.597,40	8293

INDÚSTRIA/2011					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	0	-	2.112,18	R\$ 3.664,14	75
SE-AQUIDABA	66	R\$ 43.000,00	10.285,39	R\$ 627,03	2031
SE-ARACAJU	11334	R\$ 9.489.619,36	1.519.750,74	R\$ 2.196,95	619268
SE-ARAUÁ	55	-	9.313,70	R\$ 985,16	2043
SE-AREIA BRANCA	69	R\$ 22.000,00	10.581,49	R\$ 1.081,43	2738
SE-BARRA DOS COQUEIROS	85	-	128.648,64	R\$ 966,15	6461
SE-BOQUIM	170	R\$ 600.000,00	18.148,94	R\$ 838,30	5685
SE-BREJO GRANDE	0	-	12.522,36	R\$ 726,89	0
SE-CAMPO DO BRITO	212	R\$ 437.000,00	17.385,45	R\$ 3.248,81	7086
SE-CANHOPA	0	-	2.847,02	R\$ 5.562,57	237
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	-	989.119,63	R\$ 1.364,52	4610
SE-CAPELA	703	R\$ 281.053,09	73.666,44	R\$ 719,07	24435
SE-CARIRA	586	R\$ 53.000,00	19.451,27	R\$ 1.523,74	15970
SE-CARMOPOLIS	306	R\$ 10.625,00	410.009,11	R\$ 1.018,21	24059
SE-CEDRO DE SAO JOAO	0	R\$ 20.000,00	2.988,91	R\$ 1.234,20	32
SE-CRISTINA POLIS	14	-	8.325,75	R\$ 2.888,27	827
SE-CUMBE	1	-	2.155,88	R\$ 1.233,77	139
SE-DIVINA PASTORA	0	-	141.416,35	R\$ 1.392,10	448
SE-ESTANCIA	2351	R\$ 460.269,06	430.131,20	R\$ 2.243,53	103167
SE-FEIRA NOVA	5	-	2.898,86	R\$ 800,50	387
SE-FREI PAULO	2041	R\$ 129.224,04	78.627,60	R\$ 688,06	57368
SE-GARARU	1	R\$ 30.000,00	6.036,57	R\$ 3.900,16	138
SE-GENERAL MAYNARD	0	-	2.998,22	R\$ 4.298,95	107
SE-GRACHO CARDOSO	0	-	3.987,09	R\$ 5.447,37	290
SE-ILHA DAS FLORES	0	-	4.476,89	R\$ 1.317,26	172
SE-INDIAROA	8	-	7.719,57	R\$ 755,19	532
SE-ITABAIANA	2617	R\$ 9.012.882,11	92.656,79	R\$ 650,64	87940
SE-ITABAIANINHA	1227	R\$ 1.528.380,00	25.430,57	R\$ 5.427,87	39488
SE-ITABI	0	-	3.848,31	R\$ 1.096,58	597
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1701	R\$ 317.000,00	302.009,65	R\$ 9.574,60	55044
SE-JAPARATUBA	19	-	361.604,74	R\$ 1.465,40	48611
SE-JAPOATA	145	-	12.512,27	R\$ 846,15	5314
SE-LAGARTO	2548	R\$ 4.791.149,91	126.402,30	R\$ 3.761,70	80627
SE-LARANJEIRAS	1881	R\$ 357.000,00	406.744,37	R\$ 852,42	70630
SE-MACAMBIRA	36	-	3.507,99	R\$ 616,04	1170
SE-MALHADA DOS BOIS	19	R\$ 118.000,00	2.466,03	R\$ 3.949,50	620
SE-MALHADOR	1	-	6.492,38	R\$ 2.084,81	429
SE-MARUM	181	R\$ 55.500,00	99.081,05	R\$ 2.742,06	14382
SE-MOITA BONITA	3	R\$ 20.500,00	5.714,71	R\$ 3.538,29	241
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	0	-	7.609,89	R\$ 1.330,88	314
SE-MURIBECA	101	-	9.489,87	R\$ 1.038,93	3212
SE-NEOPOLIS	410	R\$ 203.000,00	22.978,03	R\$ 715,69	15379
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	300	R\$ 49.000,00	10.395,27	R\$ 925,87	7809
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	552	R\$ 94.889,00	63.109,01	R\$ 939,00	17317
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	3131	R\$ 779.930,00	21.855,05	R\$ 2.070,33	104788
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	2	R\$ 38.000,00	3.617,65	R\$ 1.624,95	139
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3901	R\$ 565.085,00	319.361,14	R\$ 2.040,17	141515
SE-PACATUBA	0	-	45.740,71	R\$ 995,36	3059
SE-PEDRA MOLE	0	-	1.667,40	R\$ 4.277,71	34
SE-PEDRINHAS	0	-	4.486,92	R\$ 559,72	249
SE-PINHAO	1	-	3.664,65	R\$ 1.226,23	31
SE-PIRAMBU	9	-	21.577,09	R\$ 2.122,63	498
SE-POCO REDONDO	0	-	15.804,72	R\$ 1.098,65	171
SE-POCO VERDE	13	R\$ 311.083,45	12.320,26	R\$ 1.164,34	520
SE-PORTO DA FOLHA	78	R\$ 111.000,00	18.361,25	R\$ 853,93	3882
SE-PRÓPRIA	571	R\$ 955.008,10	59.437,26	R\$ 1.578,52	20070
SE-RIACHÃO DE DANTAS	8	-	8.677,71	R\$ 847,76	373
SE-RIACHUELO	610	-	55.770,70	R\$ 722,34	19013
SE-RIBEIROPOLIS	975	R\$ 94.466,80	36.425,32	R\$ 3.110,29	27984
SE-ROSÁRIO DO CATETE	358	-	271.116,00	R\$ 787,51	47024
SE-SALGADO	226	R\$ 2.934,68	11.630,06	R\$ 551,31	7288
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	2	-	6.228,58	R\$ 613,80	85
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	52	-	2.226,57	R\$ 1.177,31	1821
SE-SANTA ROSA DE LIMA	3	-	3.839,54	R\$ 1.235,43	166
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	0	-	20.141,97	R\$ 838,55	363
SE-SAO CRISTOVAO	1185	R\$ 330.746,80	118.612,57	R\$ 943,35	43111
SE-SAO DOMINGOS	88	R\$ 3.500,00	10.013,79	R\$ 4.135,96	3061
SE-SAO FRANCISCO	0	-	2.059,64	R\$ 2.786,57	0
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	0	-	2.694,37	R\$ 627,58	47
SE-SIMÃO DIAS	2420	R\$ 9.995,40	39.883,90	R\$ 659,60	66053
SE-SIRIRI	201	R\$ 50.000,00	85.165,00	R\$ 794,06	6905
SE-TELHA	42	-	1.825,84	R\$ 637,09	1543
SE-TOBIAS BARRETO	827	R\$ 6.685.557,94	37.368,47	R\$ 845,25	24696
SE-TOMAR DO GERU	17	-	6.668,52	R\$ 684,95	1437
SE-UMBAUBA	296	R\$ 639.637,52	13.414,64	R\$ 1.709,77	9520

INDÚSTRIA/2012					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÃO MICROCRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIG	SALÁRIO RAIS	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	0	-	2.235,96	R\$ 4.018,64	77
SE-AQUIDABA	69	R\$ 17.561.516,81	11.948,87	R\$ 665,03	2171
SE-ARACAJU	11764	R\$ 545.585,61	1.482.584,42	R\$ 2.476,40	620335
SE-ARAUÁ	54	-	5.929,92	R\$ 1.054,85	2017
SE-AREIA BRANCA	13	R\$ 289.680,00	12.417,57	R\$ 2.007,18	1013
SE-BARRA DOS COQUEIROS	85	-	139.646,27	R\$ 1.163,73	3219
SE-BOQUIM	254	R\$ 87.300,00	83.356,05	R\$ 892,24	8288
SE-BREJO GRANDE	0	R\$ 45.000,00	13.408,01	R\$ 818,27	0
SE-CAMPO DO BRITO	252	R\$ 306.000,00	16.406,24	R\$ 2.904,68	8265
SE-CANHOBÁ	0	-	2.843,52	R\$ 6.612,09	242
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	9	R\$ 30.800,00	1.181.625,19	R\$ 1.332,12	3643
SE-CAPELA	618	-	44.915,40	R\$ 818,11	21732
SE-CARIRA	539	R\$ 40.000,00	15.515,45	R\$ 1.887,04	15017
SE-CARMOPOLIS	314	R\$ 1.446.331,84	467.019,88	R\$ 787,15	24928
SE-CEDRO DE SAO JOAO	40	-	3.052,75	R\$ 1.036,91	1540
SE-CRISTINAPOLIS	32	R\$ 183.120,00	11.904,65	R\$ 3.381,89	1385
SE-CUMBE	1	-	2.216,23	R\$ 1.551,23	142
SE-DIVINA PASTORA	0	R\$ 200.000,00	178.958,08	R\$ 1.488,93	447
SE-ESTANCIA	2463	R\$ 1.761.055,17	484.132,60	R\$ 2.368,39	108226
SE-FEIRA NOVA	5	-	3.025,96	R\$ 871,02	386
SE-FREI PAULO	1658	-	53.842,31	R\$ 1.358,73	46867
SE-GARARU	1	R\$ 624.397,17	6.301,65	R\$ 4.587,85	142
SE-GENERAL MAYNARD	0	-	3.063,09	R\$ 4.262,08	109
SE-GRACHO CARDOSO	0	-	3.673,13	R\$ 6.525,62	230
SE-ILHA DAS FLORES	0	-	4.357,25	R\$ 1.682,39	113
SE-INDIAIROBA	8	R\$ 181.311,50	8.500,41	R\$ 850,21	503
SE-ITABAIANA	2834	R\$ 307.885,31	96.430,32	R\$ 737,56	96110
SE-ITABAIANINHA	1458	R\$ 1.332.249,33	30.958,93	R\$ 4.899,33	46816
SE-ITABI	0	-	4.088,30	R\$ 1.272,81	608
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1746	R\$ 60.196,00	279.772,16	R\$ 10.879,55	56965
SE-JAPARATUBA	15	R\$ 39.000,00	470.725,46	R\$ 1.250,41	50951
SE-JAPOATÁ	34	-	9.643,60	R\$ 981,48	1107
SE-LAGARTO	2900	R\$ 348.813,84	132.491,10	R\$ 4.475,31	92184
SE-LARANJEIRAS	1973	R\$ 9.292,35	356.111,18	R\$ 899,82	74701
SE-MACAMBIRA	41	R\$ 385.412,13	3.767,67	R\$ 877,95	1289
SE-MALHADA DOS BOIS	4	R\$ 642.000,00	2.820,14	R\$ 4.434,01	133
SE-MALHADOR	1	R\$ 140.000,00	6.268,76	R\$ 2.039,51	439
SE-MARUM	202	R\$ 1.923.988,90	69.373,11	R\$ 2.236,20	13474
SE-MOITA BONITA	4	R\$ 201.000,00	5.764,08	R\$ 3.555,46	220
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	0	R\$ 50.000,00	7.220,54	R\$ 1.493,40	320
SE-MURIBECA	172	R\$ 4.442.930,94	11.587,65	R\$ 1.234,74	4992
SE-NEOPOLIS	416	R\$ 21.000,00	23.988,11	R\$ 818,43	15688
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	348	R\$ 2.127.784,56	15.655,88	R\$ 1.028,18	9352
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	556	R\$ 52.470,00	50.491,00	R\$ 1.044,36	17778
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	3159	R\$ 270.750,00	32.003,31	R\$ 942,19	106224
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	22	R\$ 45.000,00	3.533,05	R\$ 1.762,82	611
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4295	R\$ 284.303,22	299.346,09	R\$ 2.159,58	156380
SE-PACATUBA	0	-	21.092,26	R\$ 1.291,22	3291
SE-PEDRA MOLE	0	-	1.745,22	R\$ 4.524,71	35
SE-PEDRINHAS	0	R\$ 4.447.916,46	4.681,09	R\$ 639,27	254
SE-PINHÃO	1	R\$ 546.000,00	3.549,92	R\$ 1.549,35	32
SE-PIRAMBU	4	-	17.240,59	R\$ 2.470,84	379
SE-POCO REDONDO	0	-	15.799,17	R\$ 1.395,18	175
SE-POCO VERDE	10	R\$ 180.000,00	11.968,79	R\$ 1.582,44	448
SE-PORTO DA FOLHA	61	R\$ 3.333.748,94	20.113,40	R\$ 951,77	3449
SE-PRÓPRIA	617	R\$ 10.000,00	54.292,19	R\$ 6.487,91	21378
SE-RIACHÃO DO DANTAS	0	R\$ 6.000,00	9.172,56	R\$ 1.117,99	55
SE-RIACHUELO	706	R\$ 5.000,00	75.836,13	R\$ 869,70	23233
SE-RIBEIROPOLIS	912	R\$ 110.071,00	27.557,30	R\$ 3.389,33	27015
SE-ROSÁRIO DO CATETE	383	R\$ 578.186,57	246.908,26	R\$ 864,82	50146
SE-SALGADO	230	R\$ 360.000,00	12.640,94	R\$ 660,00	7425
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	1	-	7.343,96	R\$ 687,05	27
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	47	-	2.130,72	R\$ 913,76	1605
SE-SANTA ROSA DE LIMA	9	-	3.994,90	R\$ 1.369,87	367
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	0	-	39.899,73	R\$ 946,60	322
SE-SAO CRISTOVAO	1235	R\$ 128.300,00	118.211,42	R\$ 977,68	44765
SE-SAO DOMINGOS	86	R\$ 1.113.948,95	9.245,50	R\$ 3.358,77	2984
SE-SAO FRANCISCO	1	-	1.930,50	R\$ 2.148,40	39
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	1	-	2.129,61	R\$ 742,33	96
SE-SIMÃO DIAS	2337	R\$ 3.000,00	49.477,23	R\$ 734,14	66731
SE-SIRIRI	179	R\$ 178.800,00	105.532,02	R\$ 914,18	6162
SE-TELHA	39	R\$ 355.400,00	2.109,84	R\$ 715,57	1498
SE-TOBIAS BARRETO	1072	R\$ 48.928,39	40.857,76	R\$ 892,92	32129
SE-TOMAR DO GERU	43	-	7.124,65	R\$ 789,42	2022
SE-UMBAUBA	320	R\$ 2.837.539,11	16.707,06	R\$ 1.920,30	10286

APÊNDICE C – Tabelas Serviços e Comércio 2009 a 2012

SERVIÇO E COMÉRCIO/2009						
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIC.	SALÁRIO MÉDIO	IDADE POR SETOR	
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	2	-	R\$ 9.847,64	R\$ 790,82	279	
SE-AQUIDABA	273	R\$ 239.250,00	R\$ 73.938,78	R\$ 1.436,15	1.278	
SE-ARACAJU	99.304	R\$ 30.476.181,05	R\$ 4.995.049,68	R\$ 2.491,15	160.412	
SE-ARAUÁ	51	R\$ 84.730,89	R\$ 39.793,06	R\$ 1.415,30	804	
SE-AREIA BRANCA	84	R\$ 147.357,93	R\$ 58.909,03	R\$ 1.648,10	702	
SE-BARRA DOS COQUEIROS	1.177	R\$ 197.240,00	R\$ 88.808,96	R\$ 2.183,19	2.127	
SE-BOQUIM	625	R\$ 47.000,00	R\$ 100.825,60	R\$ 1.610,07	1.450	
SE-BREJO GRANDE	20	R\$ 17.722,00	R\$ 25.886,49	R\$ 1.183,35	429	
SE-CAMPO DO BRITO	307	R\$ 850.514,19	R\$ 61.210,94	R\$ 1.427,18	1.034	
SE-CANHOPA	4	R\$ 423.617,78	R\$ 15.724,21	R\$ 1.450,86	314	
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	314	R\$ 75.700,00	R\$ 115.775,24	R\$ 1.758,38	2.059	
SE-CAPELA	444	R\$ 1.552.935,76	R\$ 156.008,42	R\$ 1.554,59	1.709	
SE-CARIRA	247	R\$ 31.000,00	R\$ 77.415,61	R\$ 1.540,93	1.429	
SE-CARMOPOLIS	1.104	R\$ 134.420,00	R\$ 73.068,48	R\$ 1.707,26	2.389	
SE-CEDRO DE SAO JOAO	38	-	R\$ 20.765,51	R\$ 1.357,49	327	
SE-CRISTINAPOLIS	145	R\$ 207.958,70	R\$ 55.372,53	R\$ 1.556,29	700	
SE-CUMBE	56	-	R\$ 14.475,57	R\$ 1.339,36	302	
SE-DIVINA PASTORA	15	-	R\$ 21.534,47	R\$ 1.534,96	605	
SE-ESTANCIA	2.975	R\$ 238.175,10	R\$ 348.744,51	R\$ 1.647,80	4.931	
SE-FEIRA NOVA	25	-	R\$ 19.870,64	R\$ 1.431,81	337	
SE-FREI PAULO	216	R\$ 356.688,62	R\$ 66.702,92	R\$ 1.371,25	851	
SE-GARARU	43	R\$ 129.097,36	R\$ 39.288,68	R\$ 1.396,72	575	
SE-GENERAL MAYNARD	73	-	R\$ 11.274,33	R\$ 1.523,91	331	
SE-GRACHO CARDOSO	17	R\$ 206.600,00	R\$ 19.609,02	R\$ 1.261,61	335	
SE-ILHA DAS FLORES	19	R\$ 138.600,00	R\$ 29.393,48	R\$ 1.430,13	433	
SE-INDIAROA	60	-	R\$ 58.079,18	R\$ 1.675,50	580	
SE-ITABAIANA	4.880	R\$ 6.995.636,81	R\$ 495.039,57	R\$ 1.586,66	8.089	
SE-ITABAIANINHA	405	R\$ 36.825,64	R\$ 128.610,56	R\$ 1.762,39	1.701	
SE-ITABI	14	-	R\$ 18.737,29	R\$ 1.312,82	332	
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1.366	R\$ 136.510,90	R\$ 151.144,65	R\$ 1.311,14	2.523	
SE-JAPARATUBA	154	R\$ 260.967,86	R\$ 82.282,37	R\$ 1.945,37	1.140	
SE-JAPOATA	60	R\$ 3.500,00	R\$ 49.499,01	R\$ 1.566,24	622	
SE-LAGARTO	3.444	R\$ 1.360.857,90	R\$ 397.702,54	R\$ 2.532,80	5.932	
SE-LARANJEIRAS	419	R\$ 122.519,72	R\$ 349.150,61	R\$ 1.505,10	2.579	
SE-MACAMBIRA	67	R\$ 170.771,91	R\$ 23.074,20	R\$ 1.483,01	391	
SE-MALHADA DOS BOIS	79	-	R\$ 18.323,34	R\$ 1.328,77	429	
SE-MALHADOR	172	R\$ 519.622,07	R\$ 41.267,42	R\$ 1.377,53	894	
SE-MARUIM	388	-	R\$ 73.702,52	R\$ 1.511,39	1.122	
SE-MOITA BONITA	75	R\$ 542.458,33	R\$ 38.035,93	R\$ 1.622,72	433	
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	53	-	R\$ 46.675,18	R\$ 1.766,87	567	
SE-MURIBECA	63	-	R\$ 30.228,90	R\$ 1.481,21	557	
SE-NEOPOLIS	356	R\$ 211.272,70	R\$ 79.617,56	R\$ 1.545,51	1.163	
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	33	R\$ 721.286,63	R\$ 56.574,55	R\$ 1.434,11	414	
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.072	R\$ 342.607,71	R\$ 143.829,36	R\$ 1.734,09	2.029	
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	555	R\$ 856.780,37	R\$ 96.443,80	R\$ 1.587,33	1.580	
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	32	R\$ 141.000,00	R\$ 22.791,83	R\$ 2.031,49	295	
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	5.292	R\$ 299.259,38	R\$ 946.835,45	R\$ 1.530,20	8.693	
SE-PACATUBA	31	-	R\$ 53.089,43	R\$ 1.547,47	598	
SE-PEDRA MOLE	6	-	R\$ 12.284,40	R\$ 1.470,83	294	
SE-PEDRINHAS	59	-	R\$ 28.472,38	R\$ 1.334,97	348	
SE-PINHAO	14	-	R\$ 20.583,87	R\$ 1.415,84	261	
SE-PIRAMBU	121	R\$ 49.999,05	R\$ 31.474,61	R\$ 1.496,28	581	
SE-POCO REDONDO	87	R\$ 350.186,00	R\$ 95.579,38	R\$ 1.643,80	995	
SE-POCO VERDE	242	R\$ 78.171,20	R\$ 74.128,27	R\$ 1.608,43	1.116	
SE-PORTO DA FOLHA	132	R\$ 553.595,90	R\$ 96.117,11	R\$ 1.637,30	1.426	
SE-PRÓPRIA	1.378	R\$ 578.980,00	R\$ 152.622,29	R\$ 1.573,72	2.472	
SE-RIACHAO DO DANTAS	43	-	R\$ 65.711,97	R\$ 1.513,40	824	
SE-RIACHUELO	123	R\$ 310.000,00	R\$ 39.329,25	R\$ 1.621,14	558	
SE-RIBEIROPOLIS	327	R\$ 788.983,30	R\$ 67.982,09	R\$ 1.513,60	1.049	
SE-ROSARIO DO CATETE	99	-	R\$ 109.045,94	R\$ 1.734,94	986	
SE-SALGADO	169	R\$ 7.500,00	R\$ 64.789,43	R\$ 1.555,67	1.139	
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	45	-	R\$ 47.739,64	R\$ 1.618,39	723	
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	44	R\$ 204.128,00	R\$ 15.980,98	R\$ 1.534,72	488	
SE-SANTA ROSA DE LIMA	16	-	R\$ 22.326,35	R\$ 1.296,04	328	
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	236	-	R\$ 46.485,16	R\$ 1.597,90	721	
SE-SAO CRISTOVAO	8.157	R\$ 514.700,00	R\$ 278.360,88	R\$ 2.186,74	9.795	
SE-SAO DOMINGOS	72	R\$ 32.011,76	R\$ 35.833,03	R\$ 1.238,46	543	
SE-SAO FRANCISCO	8	-	R\$ 11.499,20	R\$ 1.540,04	238	
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	9	R\$ 10.513,80	R\$ 14.668,55	R\$ 1.314,14	300	
SE-SIMAO DIAS	716	R\$ 1.765.638,29	R\$ 148.586,85	R\$ 1.473,19	1.898	
SE-SIRIRI	36	R\$ 123.828,91	R\$ 29.638,72	R\$ 1.449,42	501	
SE-TELHA	4	-	R\$ 11.844,16	R\$ 1.455,40	270	
SE-TOBIAS BARRETO	1.204	R\$ 1.027.350,02	R\$ 178.304,51	R\$ 1.604,70	2.445	
SE-TOMAR DO GERU	55	R\$ 135.000,00	R\$ 43.993,33	R\$ 1.688,86	709	
SE-UMBAUBA	454	R\$ 127.848,29	R\$ 88.247,28	R\$ 1.675,10	1.279	

SERVIÇO E COMÉRCIO/2010						
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIC.	SALÁRIO MÉDIO	IDADE POR SETOR	
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	4	R\$ 3.750,00	R\$ 11.681,50	R\$ 1.257,24	20	
SE-AQUIDABA	290	R\$ 533.945,56	R\$ 84.757,30	R\$ 1.621,57	1.234	
SE-ARACAJU	112.202	R\$ 21.280.978,13	R\$ 6.146.056,24	R\$ 2.840,23	168.216	
SE-ARAUÁ	52	R\$ 55.300,00	R\$ 37.825,08	R\$ 1.670,72	939	
SE-AREIA BRANCA	115	R\$ 205.970,11	R\$ 67.030,19	R\$ 1.840,88	707	
SE-BARRA DOS COQUEIROS	1.630	R\$ 566.313,99	R\$ 131.095,57	R\$ 2.149,28	2.204	
SE-BOQUIM	654	R\$ 42.000,00	R\$ 127.166,38	R\$ 1.893,90	1.425	
SE-BREJO GRANDE	21	R\$ 17.560,00	R\$ 29.708,28	R\$ 1.490,45	382	
SE-CAMPO DO BRITO	334	R\$ 985.546,09	R\$ 73.192,66	R\$ 1.559,23	1.021	
SE-CANHIBA	7	-	R\$ 17.410,63	R\$ 1.567,76	304	
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	406	R\$ 176.128,99	R\$ 143.522,69	R\$ 2.032,26	2.002	
SE-CAPELA	469	R\$ 72.235,00	R\$ 175.925,73	R\$ 1.687,76	1.729	
SE-CARIRA	304	R\$ 200.599,84	R\$ 114.219,96	R\$ 1.895,23	1.519	
SE-CARMOPOLIS	1.112	R\$ 103.500,00	R\$ 96.385,92	R\$ 1.903,94	2.489	
SE-CEDRO DE SAO JOAO	50	-	R\$ 25.529,38	R\$ 1.515,45	330	
SE-CRISTINA POLIS	173	R\$ 21.000,00	R\$ 70.221,51	R\$ 1.612,48	715	
SE-CUMBE	28	-	R\$ 16.675,23	R\$ 1.243,56	290	
SE-DIVINA PASTORA	20	-	R\$ 23.204,92	R\$ 1.621,90	740	
SE-ESTANCIA	3.429	R\$ 915.320,80	R\$ 439.711,63	R\$ 1.765,96	5.371	
SE-FEIRA NOVA	26	-	R\$ 22.616,83	R\$ 1.535,72	350	
SE-FREI PAULO	225	R\$ 754.347,40	R\$ 82.957,61	R\$ 1.489,57	880	
SE-GARARU	41	R\$ 385.000,00	R\$ 45.914,08	R\$ 1.722,28	588	
SE-GENERAL MAYNARD	69	-	R\$ 13.445,44	R\$ 1.549,00	80	
SE-GRACHO CARDOSO	18	-	R\$ 21.697,79	R\$ 1.463,30	316	
SE-ILHA DAS FLORES	26	R\$ 10.000,00	R\$ 30.669,15	R\$ 1.559,99	556	
SE-INDIAROBA	78	R\$ 65.059,20	R\$ 62.224,45	R\$ 1.657,27	864	
SE-ITABAIANA	5.457	R\$ 10.023.529,26	R\$ 617.503,17	R\$ 1.701,75	7.871	
SE-ITABAIANINHA	462	R\$ 618.169,42	R\$ 154.960,65	R\$ 1.815,62	2.026	
SE-ITABI	17	-	R\$ 20.264,23	R\$ 1.515,59	336	
SE-ITAPORANGA D AJUDA	1.877	R\$ 102.800,00	R\$ 173.329,09	R\$ 1.493,65	3.057	
SE-JAPARATUBA	177	R\$ 32.500,00	R\$ 86.360,32	R\$ 1.749,99	1.500	
SE-JAPOATA	115	R\$ 50.000,00	R\$ 56.381,83	R\$ 1.825,89	600	
SE-LAGARTO	3.695	R\$ 2.711.653,91	R\$ 478.973,73	R\$ 2.546,87	6.338	
SE-LARANJEIRAS	590	R\$ 86.629,30	R\$ 444.503,91	R\$ 1.752,36	2.432	
SE-MACAMBIRA	69	R\$ 152.460,00	R\$ 26.699,35	R\$ 1.627,14	451	
SE-MALHADA DOS BOIS	117	-	R\$ 16.105,98	R\$ 1.529,80	459	
SE-MALHADOR	566	R\$ 209.418,80	R\$ 47.504,58	R\$ 1.519,01	1.165	
SE-MARUIM	528	R\$ 16.758,61	R\$ 87.046,38	R\$ 1.705,39	1.425	
SE-MOITA BONITA	82	R\$ 804.919,16	R\$ 44.929,56	R\$ 1.821,90	483	
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	62	R\$ 48.912,29	R\$ 54.918,62	R\$ 2.083,53	607	
SE-MURIBECA	83	R\$ 100.000,00	R\$ 34.265,28	R\$ 1.624,34	528	
SE-NEOPOLIS	322	R\$ 91.867,32	R\$ 90.193,20	R\$ 1.749,04	1.129	
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	42	R\$ 355.731,94	R\$ 36.346,11	R\$ 1.666,20	415	
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.381	R\$ 478.927,54	R\$ 188.755,34	R\$ 1.897,59	2.412	
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	587	R\$ 1.649.681,55	R\$ 112.538,55	R\$ 1.613,61	1.653	
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	43	R\$ 215.647,40	R\$ 26.017,78	R\$ 2.434,75	277	
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6.245	R\$ 901.206,97	R\$ 1.190.594,21	R\$ 1.877,19	9.542	
SE-PACATUBA	45	-	R\$ 66.599,80	R\$ 2.242,72	767	
SE-PEDRA MOLE	7	-	R\$ 13.959,37	R\$ 1.603,40	301	
SE-PEDRINHAS	79	R\$ 105.500,00	R\$ 34.503,52	R\$ 1.278,48	340	
SE-PINHÃO	28	-	R\$ 24.854,93	R\$ 1.459,92	286	
SE-PIRAMBU	134	R\$ 230.760,00	R\$ 35.322,69	R\$ 1.647,01	644	
SE-POCO REDONDO	123	R\$ 153.732,00	R\$ 111.237,19	R\$ 1.793,95	1.296	
SE-POCO VERDE	317	R\$ 253.750,00	R\$ 87.884,58	R\$ 1.800,55	1.193	
SE-PORTO DA FOLHA	159	R\$ 196.500,00	R\$ 111.530,85	R\$ 1.890,54	1.312	
SE-PRÓPRIA	1.556	R\$ 827.659,36	R\$ 191.782,53	R\$ 1.649,38	2.694	
SE-RIACHÃO DO DANTAS	42	R\$ 56.000,00	R\$ 72.483,89	R\$ 1.668,44	1.550	
SE-RIACHUELO	117	R\$ 33.000,00	R\$ 46.969,11	R\$ 1.825,30	512	
SE-RIBEIROPOLIS	399	R\$ 188.012,74	R\$ 79.371,95	R\$ 1.778,39	1.140	
SE-ROSÁRIO DO CATETE	92	R\$ 25.000,00	R\$ 100.197,65	R\$ 2.132,59	724	
SE-SALGADO	157	R\$ 76.000,00	R\$ 75.132,27	R\$ 1.734,77	1.122	
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	193	-	R\$ 56.810,93	R\$ 1.735,98	766	
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	67	R\$ 36.000,00	R\$ 16.911,50	R\$ 1.564,62	475	
SE-SANTA ROSA DE LIMA	18	R\$ 78.697,00	R\$ 26.087,87	R\$ 1.451,96	314	
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	40	R\$ 9.000,00	R\$ 46.384,30	R\$ 1.842,90	804	
SE-SAO CRISTOVAO	5.630	R\$ 364.775,60	R\$ 317.588,83	R\$ 2.954,18	7.321	
SE-SAO DOMINGOS	70	R\$ 145.482,06	R\$ 40.135,89	R\$ 1.394,61	560	
SE-SAO FRANCISCO	15	R\$ 15.000,00	R\$ 12.244,29	R\$ 1.543,22	293	
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	138	R\$ 67.683,34	R\$ 17.036,36	R\$ 1.635,22	411	
SE-SIMÃO DIAS	793	R\$ 587.635,84	R\$ 180.935,72	R\$ 1.728,69	1.892	
SE-SIRIRI	37	-	R\$ 34.088,50	R\$ 1.635,61	521	
SE-TELHA	19	-	R\$ 12.465,01	R\$ 1.601,11	353	
SE-TOBIAS BARRETO	1.290	R\$ 2.181.454,95	R\$ 215.524,84	R\$ 1.618,12	2.870	
SE-TOMAR DO GERU	53	R\$ 36.000,00	R\$ 49.899,94	R\$ 1.818,80	739	
SE-UMBAUBA	492	R\$ 285.716,80	R\$ 113.682,21	R\$ 1.929,66	1.287	

SERVIÇO E COMÉRCIO/2011					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIC.	SALÁRIO MÉDIO	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	4	-	R\$ 13.049,25	R\$ 1.564,12	278
SE-AQUIDABA	337	R\$ 114.530,00	R\$ 94.333,07	R\$ 1.806,97	1.228
SE-ARACAJU	118.620	R\$ 22.652.745,22	R\$ 6.461.118,86	R\$ 3.111,93	175.343
SE-ARAUÁ	64	R\$ 101.010,00	R\$ 50.010,01	R\$ 1.714,60	714
SE-ÁREA BRANCA	141	R\$ 93.600,00	R\$ 75.444,17	R\$ 2.002,56	781
SE-BARRA DOS COQUEIROS	1.558	R\$ 1.206.270,70	R\$ 163.848,52	R\$ 2.581,54	2.138
SE-BOQUIM	713	R\$ 424.277,29	R\$ 141.595,41	R\$ 2.159,93	1.439
SE-BREJO GRANDE	28	R\$ 845.133,20	R\$ 33.468,40	R\$ 1.502,52	409
SE-CAMPO DO BRITO	338	R\$ 1.201.978,30	R\$ 80.262,57	R\$ 1.759,45	993
SE-CANHÓBA	2	-	R\$ 19.945,52	R\$ 1.716,15	309
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	482	R\$ 224.990,00	R\$ 166.162,46	R\$ 2.211,55	2.314
SE-CAPELA	473	R\$ 1.091.356,52	R\$ 169.236,67	R\$ 1.813,86	2.190
SE-CARIRA	341	R\$ 7.334.000,89	R\$ 118.137,31	R\$ 2.122,53	1.285
SE-CARMOPOLIS	1.507	R\$ 476.320,00	R\$ 107.348,56	R\$ 2.099,65	2.906
SE-CEDRO DE SAO JOAO	87	R\$ 262.969,78	R\$ 25.994,44	R\$ 1.616,49	417
SE-CRISTINAPOLIS	219	R\$ 69.750,00	R\$ 75.545,85	R\$ 1.698,38	877
SE-CUMBE	23	R\$ 105.000,00	R\$ 19.056,00	R\$ 1.593,47	296
SE-DIVINA PASTORA	27	-	R\$ 26.277,46	R\$ 1.882,39	711
SE-ESTANCIA	3.697	R\$ 4.272.508,69	R\$ 486.116,91	R\$ 1.987,07	5.728
SE-FEIRA NOVA	30	R\$ 229.355,13	R\$ 25.445,38	R\$ 1.742,92	351
SE-FREI PAULO	280	R\$ 2.503.902,22	R\$ 96.349,12	R\$ 1.693,72	1.075
SE-GARARU	37	R\$ 856.265,50	R\$ 51.108,18	R\$ 1.906,11	596
SE-GENERAL MAYNARD	63	R\$ 906.873,49	R\$ 14.718,06	R\$ 1.752,61	312
SE-GRACHO CARDOSO	13	R\$ 1.111.789,59	R\$ 25.370,91	R\$ 1.637,99	312
SE-ILHA DAS FLORES	30	-	R\$ 37.146,24	R\$ 1.933,44	520
SE-INDIARÓBA	81	R\$ 258.402,41	R\$ 69.682,48	R\$ 1.978,05	776
SE-ITABAIANA	6.118	R\$ 11.044.285,85	R\$ 686.702,03	R\$ 1.908,23	7.803
SE-ITABAIANINHA	625	R\$ 896.579,14	R\$ 173.041,56	R\$ 1.929,31	1.783
SE-ITABI	18	R\$ 649.722,30	R\$ 24.778,94	R\$ 1.714,54	351
SE-ITAPORANGA D AJUDA	2.055	R\$ 243.191,88	R\$ 211.295,07	R\$ 1.744,12	3.226
SE-JAPARATUBA	198	R\$ 1.366.613,04	R\$ 100.280,10	R\$ 1.935,47	1.347
SE-JAPOATÁ	122	R\$ 144.205,00	R\$ 62.693,55	R\$ 2.019,81	678
SE-LAGARTO	3.900	R\$ 5.717.432,69	R\$ 526.969,75	R\$ 2.883,83	6.478
SE-LARANJEIRAS	505	R\$ 1.265.633,40	R\$ 638.920,44	R\$ 1.851,44	2.319
SE-MACAMBIRA	78	-	R\$ 31.850,19	R\$ 1.890,70	452
SE-MALHADA DOS BOIS	106	R\$ 1.337.238,05	R\$ 23.225,06	R\$ 1.701,32	456
SE-MALHADOR	756	R\$ 60.000,00	R\$ 53.893,92	R\$ 1.670,02	1.382
SE-MARUIM	462	R\$ 1.361.183,00	R\$ 112.995,29	R\$ 1.857,97	1.194
SE-MOITA BONITA	117	R\$ 17.534.169,98	R\$ 49.964,54	R\$ 1.963,85	516
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	76	R\$ 172.750,00	R\$ 61.190,95	R\$ 2.504,40	602
SE-MURIBECA	93	R\$ 478.830,90	R\$ 38.078,92	R\$ 1.807,36	541
SE-NEOPOLIS	336	R\$ 330.850,00	R\$ 97.101,09	R\$ 1.811,15	1.156
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	53	R\$ 670.650,00	R\$ 41.945,28	R\$ 1.871,40	426
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.540	R\$ 2.452.892,82	R\$ 213.346,31	R\$ 2.083,18	2.593
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	598	R\$ 1.504.684,61	R\$ 127.775,89	R\$ 1.986,96	1.440
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	59	R\$ 1.584.178,93	R\$ 28.282,01	R\$ 2.449,39	341
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	7.465	R\$ 2.781.352,46	R\$ 1.437.316,13	R\$ 1.934,10	10.698
SE-PACATUBA	50	R\$ 103.500,00	R\$ 66.735,84	R\$ 2.316,95	205
SE-PEDRA MOLE	10	R\$ 65.000,00	R\$ 16.051,01	R\$ 1.654,15	330
SE-PEDRINHAS	84	R\$ 16.977.019,24	R\$ 39.132,57	R\$ 1.448,80	270
SE-PINHÃO	41	-	R\$ 28.701,24	R\$ 1.650,35	346
SE-PIRAMBU	134	R\$ 578.015,60	R\$ 41.506,30	R\$ 1.838,13	541
SE-POCO REDONDO	173	R\$ 126.000,00	R\$ 130.148,36	R\$ 1.988,49	1.193
SE-POCO VERDE	392	R\$ 373.953,04	R\$ 95.531,63	R\$ 2.020,39	1.327
SE-PORTO DA FOLHA	154	R\$ 13.147.797,35	R\$ 124.107,54	R\$ 1.960,71	1.380
SE-PRÓPRIA	1.599	R\$ 421.392,00	R\$ 205.905,77	R\$ 1.835,33	2.908
SE-RIACHÃO DO DANTAS	55	-	R\$ 79.313,16	R\$ 1.905,76	1.223
SE-RIACHUELO	175	R\$ 1.281.659,96	R\$ 50.577,79	R\$ 1.878,35	616
SE-RIBEIROPOLIS	407	R\$ 1.578.894,41	R\$ 90.093,80	R\$ 1.860,81	1.151
SE-ROSÁRIO DO CATETE	140	-	R\$ 113.024,93	R\$ 2.378,46	947
SE-SALGADO	194	R\$ 2.799.087,92	R\$ 84.441,60	R\$ 1.915,93	1.207
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	203	R\$ 934.800,00	R\$ 60.311,96	R\$ 2.159,04	760
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	48	-	R\$ 21.102,30	R\$ 1.746,88	518
SE-SANTA ROSA DE LIMA	18	-	R\$ 29.051,60	R\$ 1.578,63	312
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	37	-	R\$ 53.033,20	R\$ 1.820,54	698
SE-SAO CRISTOVAO	6.398	R\$ 848.613,50	R\$ 382.372,33	R\$ 3.091,98	8.221
SE-SAO DOMINGOS	96	R\$ 1.883.799,58	R\$ 45.979,11	R\$ 1.522,87	602
SE-SAO FRANCISCO	15	-	R\$ 17.287,63	R\$ 1.721,21	304
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	131	R\$ 372.655,40	R\$ 18.449,12	R\$ 1.751,43	407
SE-SIMÃO DIAS	906	R\$ 825.700,00	R\$ 204.350,42	R\$ 1.888,96	2.099
SE-SIRIRI	46	R\$ 516.500,00	R\$ 39.198,43	R\$ 1.743,40	514
SE-TELHA	4	-	R\$ 15.482,74	R\$ 1.801,77	285
SE-TOBIAS BARRETO	1.633	R\$ 5.289.173,71	R\$ 230.734,03	R\$ 1.771,85	2.881
SE-TOMAR DO GERU	95	R\$ 9.905.688,87	R\$ 54.395,12	R\$ 1.880,76	793
SE-UMBAUBA	637	R\$ 259.906,10	R\$ 121.076,17	R\$ 2.152,54	1.370

SERVIÇO E COMÉRCIO/2012					
MUNICÍPIO SERGIPE	EMPREGO FORMAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	GERAÇÃO VALOR ADIC.	SALÁRIO MÉDIO	IDADE POR SETOR
SE-AMPARO DE SAO FRANCISCO	6	R\$ 15.000,00	R\$ 14.328,30	R\$ 1.870,77	293
SE-AQUIDABA	398	R\$ 886.113,84	R\$ 104.183,22	R\$ 2.096,58	1.310
SE-ARACAJU	126.775	R\$ 45.233.931,70	R\$ 6.869.736,92	R\$ 3.404,35	181.264
SE-ARAUÁ	112	R\$ 46.800,00	R\$ 51.427,01	R\$ 1.971,50	704
SE-AREIA BRANCA	172	R\$ 320.000,00	R\$ 88.082,13	R\$ 2.336,67	805
SE-BARRA DOS COQUEIROS	1.394	R\$ 631.788,00	R\$ 166.363,46	R\$ 2.787,06	2.159
SE-BOQUIM	757	R\$ 1.995.799,77	R\$ 168.465,26	R\$ 2.607,02	1.356
SE-BREJO GRANDE	18	R\$ 144.000,00	R\$ 34.941,04	R\$ 1.767,01	407
SE-CAMPO DO BRITO	390	R\$ 2.568.466,74	R\$ 87.233,20	R\$ 2.034,25	1.016
SE-CANHOPA	8	-	R\$ 20.938,89	R\$ 2.068,82	261
SE-CANINDE DE SAO FRANCISCO	452	R\$ 1.130.193,70	R\$ 179.281,47	R\$ 2.555,77	2.112
SE-CAPELA	569	R\$ 387.926,29	R\$ 168.571,82	R\$ 2.055,82	2.258
SE-CARIRA	346	R\$ 3.705.985,24	R\$ 106.780,28	R\$ 2.372,37	1.345
SE-CARMOPOLIS	1.612	R\$ 336.603,01	R\$ 118.645,57	R\$ 2.461,65	2.714
SE-CEDRO DE SAO JOAO	55	-	R\$ 27.792,75	R\$ 1.980,76	360
SE-CRISTINAPOLIS	238	R\$ 416.007,24	R\$ 82.916,69	R\$ 1.972,58	738
SE-CUMBE	26	-	R\$ 20.310,11	R\$ 1.934,91	256
SE-DIVINA PASTORA	20	R\$ 44.936,76	R\$ 27.313,88	R\$ 1.920,27	267
SE-ESTANCIA	3.891	R\$ 3.320.296,63	R\$ 528.248,25	R\$ 2.298,46	5.581
SE-FEIRA NOVA	26	-	R\$ 28.165,79	R\$ 2.119,79	328
SE-FREI PAULO	336	R\$ 2.433.965,28	R\$ 96.515,27	R\$ 2.064,92	950
SE-GARARU	48	R\$ 2.124.693,17	R\$ 54.207,12	R\$ 2.285,46	589
SE-GENERAL MAYNARD	78	-	R\$ 14.943,47	R\$ 1.962,25	411
SE-GRACHO CARDOSO	18	R\$ 16.950,00	R\$ 27.165,08	R\$ 1.879,20	329
SE-ILHA DAS FLORES	25	R\$ 80.000,00	R\$ 36.938,18	R\$ 2.213,19	486
SE-INDIAROA	90	R\$ 4.066,60	R\$ 71.305,30	R\$ 2.373,79	687
SE-ITABAIANA	6.723	R\$ 30.765.813,62	R\$ 742.349,29	R\$ 2.032,42	8.167
SE-ITABAIA NINHA	689	R\$ 1.687.372,41	R\$ 189.988,13	R\$ 2.299,58	1.706
SE-ITABI	18	R\$ 65.500,00	R\$ 26.224,32	R\$ 1.991,71	345
SE-ITAPORANGA D AJUDA	566	R\$ 341.000,00	R\$ 211.227,36	R\$ 2.397,86	1.484
SE-JAPARATUBA	205	R\$ 190.606,58	R\$ 108.197,99	R\$ 2.323,51	1.287
SE-JAPOATA	135	R\$ 199.835,00	R\$ 63.916,38	R\$ 2.207,27	657
SE-LAGARTO	4.015	R\$ 14.835.492,69	R\$ 564.311,29	R\$ 3.452,42	6.012
SE-LARANJEIRAS	500	R\$ 1.467.657,25	R\$ 432.332,01	R\$ 2.196,57	2.224
SE-MACAMBIRA	77	R\$ 787.828,04	R\$ 33.936,47	R\$ 2.170,20	396
SE-MALHADA DOS BOIS	122	-	R\$ 23.361,56	R\$ 1.941,70	450
SE-MALHADOR	63	R\$ 576.954,70	R\$ 58.225,39	R\$ 2.102,86	662
SE-MARUIM	490	R\$ 172.000,00	R\$ 105.345,00	R\$ 2.152,64	1.135
SE-MOITA BONITA	139	R\$ 1.188.769,92	R\$ 53.370,24	R\$ 2.372,21	352
SE-MONTE ALEGRE DE SERGIPE	98	R\$ 508.900,00	R\$ 68.158,56	R\$ 2.567,76	631
SE-MURIBECA	97	R\$ 79.962,02	R\$ 38.240,63	R\$ 1.999,34	574
SE-NEOPOLIS	358	R\$ 2.245.932,67	R\$ 101.630,91	R\$ 2.304,47	1.178
SE-NOSSA SENHORA APARECIDA	61	R\$ 1.049.027,00	R\$ 46.951,69	R\$ 2.293,65	347
SE-NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.873	R\$ 3.354.247,26	R\$ 222.824,73	R\$ 2.245,91	2.884
SE-NOSSA SENHORA DAS DORES	710	R\$ 5.171.316,14	R\$ 143.613,19	R\$ 2.094,94	1.519
SE-NOSSA SENHORA DE LOURDES	58	R\$ 718.450,00	R\$ 30.635,37	R\$ 3.067,68	340
SE-NOSSA SENHORA DO SOCORRO	7.094	R\$ 1.633.711,76	R\$ 1.342.467,46	R\$ 2.235,16	10.797
SE-PACATUBA	58	R\$ 326.492,92	R\$ 66.986,79	R\$ 2.894,10	918
SE-PEDRA MOLE	12	R\$ 93.600,00	R\$ 17.135,45	R\$ 1.995,48	359
SE-PEDRINHAS	79	R\$ 216.555,01	R\$ 41.616,77	R\$ 1.719,20	298
SE-PINHAO	43	R\$ 800.932,41	R\$ 31.429,81	R\$ 2.185,24	225
SE-PIRAMBU	139	-	R\$ 44.987,55	R\$ 2.240,24	645
SE-POCO REDONDO	276	R\$ 494.800,00	R\$ 134.933,35	R\$ 2.506,66	1.355
SE-POCO VERDE	568	R\$ 1.125.751,23	R\$ 106.864,31	R\$ 2.236,53	1.454
SE-PORTO DA FOLHA	201	R\$ 1.685.401,24	R\$ 140.642,15	R\$ 2.342,79	1.462
SE-PRÓPRIA	1.717	R\$ 1.495.264,52	R\$ 211.298,97	R\$ 2.051,10	3.063
SE-RIACHÃO DO DANTAS	61	R\$ 118.028,75	R\$ 84.989,43	R\$ 2.185,50	959
SE-RIACHUELO	162	R\$ 190.998,82	R\$ 53.393,03	R\$ 2.128,42	692
SE-RIBEIROPOLIS	440	R\$ 1.277.165,94	R\$ 100.273,07	R\$ 2.171,46	1.227
SE-ROSARIO DO CATETE	126	R\$ 12.000,00	R\$ 98.163,84	R\$ 2.703,17	772
SE-SALGADO	213	R\$ 344.273,75	R\$ 90.315,93	R\$ 2.161,84	955
SE-SANTA LUZIA DO ITANHY	61	-	R\$ 69.497,40	R\$ 2.489,54	532
SE-SANTANA DO SAO FRANCISCO	47	R\$ 172.968,70	R\$ 19.212,05	R\$ 1.837,23	383
SE-SANTA ROSA DE LIMA	19	R\$ 20.000,00	R\$ 32.192,02	R\$ 1.776,44	337
SE-SANTO AMARO DAS BROTAS	62	-	R\$ 54.946,39	R\$ 2.263,05	646
SE-SAO CRISTOVAO	7.113	R\$ 717.193,32	R\$ 400.880,84	R\$ 3.276,44	8.466
SE-SAO DOMINGOS	98	R\$ 608.496,65	R\$ 48.444,25	R\$ 1.612,39	595
SE-SAO FRANCISCO	7	R\$ 7.000,00	R\$ 18.274,45	R\$ 2.056,11	264
SE-SAO MIGUEL DO ALEIXO	98	R\$ 176.551,47	R\$ 20.037,06	R\$ 2.066,14	377
SE-SIMÃO DIAS	1.012	R\$ 2.914.720,44	R\$ 223.864,20	R\$ 2.425,94	2.025
SE-SIRIRI	54	R\$ 38.000,00	R\$ 42.403,57	R\$ 2.100,16	510
SE-TELHA	6	-	R\$ 16.131,38	R\$ 2.160,64	283
SE-TOBIAS BARRETO	1.653	R\$ 6.558.326,92	R\$ 251.689,94	R\$ 2.158,83	2.851
SE-TOMAR DO GERU	142	R\$ 245.800,00	R\$ 60.655,09	R\$ 2.139,89	902
SE-UMBAUBA	654	R\$ 1.060.055,66	R\$ 130.445,79	R\$ 2.343,75	1.488